

TEXTOS & DEBATES

Dezembro / 97

Neste Número:

MÉTODO COMPARATIVO

TEMPERATURA E CLIMATISMO

TEORIA E PRÁTICA

DEBATES NA AMAZÔNIA

GRAÇÃO

DEBATES ORAIS

TECNOLOGIA EDUCACIONAL

TEORIA POLÍTICA

0(05)
TEX
n.4 ex.3



BIBLIOTECA CENTRAL UFRR
PERIÓDICO

. ISBN 1413-9987

TEXTOS & DEBATES

Publicação semestral do Centro de Ciências Sociais e Geociências da
Universidade Federal de Roraima

BIBLIOTECA CENTRAL UFRR
PERIÓDICO

REITOR DA UFRR

Prof. Sebastião Alcântara Filho

DIRETOR DO C.C.S.G.

Prof. Stélio Soares Tavares Jr

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Prof. Saul Francisco da Silva

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Prof. Reginaldo Gomes de Oliveira

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Prof. Renato A. Oliveira Evangelista

TEXTOS & DEBATES

Campus de Paricarana - BR 174 S/N
Jardim Flores, Boa Vista, RR - CEP: 69310-270
Fone. (095) 623.9072

BIBLIOTECA CENTRAL UFRR
PERIÓDICO

0104
TEX

P0000019

C 37950

Generalidades

W-4 10-3

ISBN 1413-9987

TEXTOS & DEBATES

EDITORES

Prof. Paulo Rogério de Freitas Silva (Presidente)

Prof. Alfredo Ferreira de Souza

Prof. Paulo Sousa Sarmiento

Prof. Carla Monteiro de Souza

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Lígia T. L. Simonian

Prof. Dr. Renan Freitas Pinto

Prof. Dr. Terrie Groth

Prof. Dr. Alberto Chirone

Prof. Dr. Manoel Soares Sarmiento Filho

Prof. Dr. José Carlos Rodrigues

Prof. Dr. Marcelo Ridenti

Prof. Dr. Nilsom Cortez Crócia de Barros

Prof. Dr. Ervin Heinrich Frank

COLABORADOR

Prof. Paulo de Souza Gomes

EDITORIAÇÃO

André dos Santos Vasconcelos

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Marco Aurélio

SUMÁRIO

Franz Boas: As Limitações do Método Comparativo em Antropologia Erwin Frank Carlos Borges	08
Sadismo "Dentro da Noite" e "O Fim de Arsenio Godard" Vinicius Lopes Passos	26
A Organização Racional da Experiência: O Racionalismo Aplicado como Base para uma Aproximação do Real Paulo Sousa Sarmiento	36
Boa Vista - Espaço Urbano da Amazônia Brasileira Paulo Rogério de Freitas Silva	44
Tendências Migratórias Atuais de Roraima Alexandre Diniz	51
A Incorporação de Relatos Oraís como Fontes de Pesquisa Histórica Carla Monteiro de Souza	59
Tecnologia Educacional de Humanização do Ensino de Física Proposta Metodológica para a Escola de Aplicação da Universidade Federal de Roraima Guido Nunes Lopes	67
O Conceito de Máquina Política Ricardo Borges Gama Neto	80

FRANZ BOAS: AS LIMITAÇÕES DO MÉTODO COMPARATIVO EM ANTROPOLOGIA

Prof. Dr. Carlos Borges*
Prof. Dr. Erwin Frank*

INTRODUÇÃO:

Franz Boas é, sem dúvida, um dos antropólogos de maior impacto sobre os rumos da antropologia neste século, nisso igualado, talvez, somente por Emile Durkheim. A antropologia norte-americana atual é simplesmente inimaginável sem ele, visto que até os defensores de paradigmas contrários ao seu culturalismo desenvolveram e defenderam suas posições num diálogo crítico contínuo com as idéias de Boas¹.

Mesmo assim, Boas é também o mais ignorado e freqüentemente mal-interpretado dos "patriarcas" de nossa ciência. E isso vale sobretudo para o Brasil, onde os poucos livros de ciência da antropologia publicados o tratam como uma mera subvariedade norte-americana dos "difusionistas ingleses" e/ou da "Kulturkreislehre" alemã!

Prova clara do menosprezo que Boas sofre neste país² é o fato de que, segundo nossa informação, nada escrito por ele está, até hoje, acessível em língua portuguesa ao estudante brasileiro, não obstante as múltiplas influências indiretas dele sobre o rumo inicial da discussão antropológica no Brasil³.

* Professor Assistente do Departamento de Ciências Sociais da UFRR.

* Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UFRR.

Introdução de Erwin Frank.

¹ Compare: M.Harris: *The Rise of Anthropological Theory*, New York, 1968; ou o meu: *Opake Strukturen der Argumentation*, Bonn (Holos) 1993, p.213-277.

² Por exemplo: P. Mercier (*História da Antropologia*, São Paulo, Ed.Moraes, s.d.) trata a obra de Boas em menos de três parágrafos!

³ É bem conhecida a "parceria desigual" entre Curt Nimuendajú e Robert H. Lowie, aluno e - durante muitos anos - colega de Boas na "Columbia University". Também a

Mas, não adianta continuar lamentando o esquecimento geral da obra de Boas atualmente no Brasil. I preciso "(re-)introduzi-la" imediatamente na discussão antropológica, tanto no sentido "prático" de traduzir para o português pelo menos algumas das suas obras mais importantes, mas também no sentido de "contextualizá-las" no exato momento e espaço geográfico da sua redação, assim como na tradição paradigmática da qual fazem parte⁴. Esperamos que com essa publicação possamos contribuir para essa re-introdução indispensável.

Por fim, algumas palavras dos tradutores quanto à decisão, digamos não convencional, de, em alguns poucos casos, tentar "reconstruir" o que Boas provavelmente quis dizer, ao invés daquilo que o texto realmente diz. Sobretudo as publicações de Boas, escritas durante as primeiras décadas depois da sua emigração para os Estados Unidos, revelam claramente que o seu autor pensava os seus problemas científicos ainda em alemão (se aproveitando, além do mais, de uma ampla gama de conceitos e termos especiais, utilizados por várias escolas filosóficas da sua Alemanha natal) para depois "traduzir" as suas idéias para um inglês ainda de pouco domínio⁵.

O resultado disso são frases no original muito difícil de entender, argumentos "estranhos" à tradição do pensamento social dessa última língua; e termos cujo verdadeiro sentido simplesmente não pode ser aquele, que todos os dicionários de língua inglesa indicam. Essa dificuldade da leitura de Boas (no original!) tem, é

reviravolta no pensamento de Gilberto Freyre é simplesmente inimaginável sem os seus contatos, diretos e indiretos, com Boas em Nova Iorque.

⁴ Trata-se do "Idealismo Alemão" e, mais especificamente, do "Neo-Kantismo" de H. Rickert, W. Windelbandt e W. Dilthey; influências conceituais que lhe chegaram via a geografia de Ratzel e a "Völkerpsychologie" (psicologia dos povos) de um Waitz e, sobretudo, Adolf Bastian. Detalharei esse "background alemão" do particularismo boasiano num ensaio que estou preparando para outro número desta revista.

⁵ Vários dos seus alunos reportaram que Boas nunca perdeu o seu sotaque típico de alemão, nem uma "retórica" que soava "estranho" e até "desajeitado" aos seus alunos norte-americanos. Na realidade, não nos parece mera coincidência que quase todos os seus mais famosos alunos foram, eles mesmos, imigrantes ou filhos de imigrantes de descendência alemã nos Estados Unidos.

claro, o seu equivalente direto na tradução dos seus textos para o português. Dai que, tentando conservar o "Geist" (essência, mensagem) de uma obra enraizada numa tradição filosófica aqui quase desconhecida, achamos necessário, com certa freqüência, nos opor a certas fraseologias à primeira vista mais "elegantes" e até mais "corretas".

Resumo da "Vita" de Franz Boas:

Franz Boas nasceu a 9 de julho de 1858 em Minden, Alemanha. De 1878 até 1881 estuda física, química e matemática, mais tarde também geografia, nas universidades de Heidelberg, Bonn e Kiel, onde, em 1881, recebe o título de "doutor" em física com uma tese sobre a cor da água.

Depois de um ano de serviço militar, começa a sua carreira como antropólogo com uma pesquisa de campo no nordeste do Canadá, inspirada na (antropo-)geografia de Ratzel, um dos seus professores. Embora, as suas experiências com os esquimós o tenha tornado imune contra as tendências deterministas desse último. Depois de um ano e meio passado com um tio em Nova Iorque, volta à Alemanha como "assistente" de Adolfo Bastiano recém-formado "Museum für Völkerkunde" (Museu de Etnologia) em Berlim. Fins de 1886 parte então para outro trabalho de campo, - dessa vez na costa pacífica do Canadá, região que - para o resto de sua vida - se transformaria em sua área preferida de estudos.

O trabalho etnográfico de Boas entre os Kwakiutl, Bella Coola, Tsimhian, Haida e demais grupos nativos dessas costas úmidas durante 50 anos, produziu uma infinidade de dados valiosíssimos no campo da antropologia física, da lingüística e - sobretudo - da etnografia. Trata-se, sem dúvida, de um tipo de "trabalho de campo", bastante distinto daquele que Bronislaw Malinowski realizará, pela primeira vez, na Nova Guiné uns 20 anos depois da primeira chegada de Franz Boas à costa oposta do pacífico. Embora, as intenções do trabalho etnográfico de Boas não fossem, nem podiam ser aquelas de Malinowski. A metodologia etnográfica de Boas é fruto dessa diferença de concepção⁶.

⁶ Ver: S.Seiler: Wissenschaftstheorie in der Ethnologie, Mainzer Etnológica, Reimer,

Lamentavelmente, é também consequência direta da concepção específica de Boas sobre a natureza e finalidade da antropologia, que fez com que durante toda a sua vida, esse incansável etnógrafo, nunca chegasse a redigir uma monografia etnográfica concisa de alguns dos grupos antes citados, - nem mesmo dos seus queridos Kwakiut¹.

Fins de 1887, Boas está de volta a Nova Iorque, onde trabalha como segundo editor da já famosa revista científica "Science", antes de se transformar num dos primeiros professores de Antropologia norte-americanos na "Clark University", localizada no interior do Estado de Nova Iorque, onde Alfred Lewis Kroeber será seu primeiro aluno a receber o título de PhD. Em 1892, Boas organiza a seção antropológica da "Exposição Mundial" em Chicago, sendo que a partir de 1896 em diante passa a trabalhar no Museu Americano de História Natural, em Nova Iorque. Em 1899 começa finalmente a ensinar antropologia na "Columbia University", onde dirige o recém-fundado Departamento de Antropologia até o dia 21 de dezembro de 1942, quando morre durante um banquete, oferecido a ele pela sua Universidadê, - supostamente nos braços de um ainda desconhecido antropólogo francês, chamado Claude Lévi-Strauss.

Nos 43 anos de chefia no departamento de antropologia da "Columbia University", Boas se destaca como co-fundador da "American Folklore Society", da "American Ethnological Society" e como re-organizador da "American Anthropological Association", liderando todas elas durante algum tempo, bem como por várias vezes serviu como editor dos jornais das respectivas instituições. Mas, nenhum outro fato ilustra melhor a hegemonia que Boas conseguiu na antropologia norte-americana do que o fato de quase todos os antropólogos, que ensinaram essa disciplina em alguma das universidades norte-americanas depois de 1920, haviam, pelo menos algum tempo, estudado com ele⁷.

1979; ou: G.Stocking Jr. (Comp.): *The Ethnographer's Magic and Other Essays in the History of Anthropology*, Madison, University of Wisconsin Press, 1992.

Mencionamos aqui os mais conhecidos: Alfred L. Kroeber, Robert H. Lowie, Franz Goldenweiser, Ruth Benedict, Margaret Mead, Ruth Bunzel, Paul Radin, Edward Sapir, Melville Herskovits, Alexander Lesser, etc..

As limitações do Método Comparativo em Antropologia⁸

A Antropologia moderna descobriu o fato de que a sociedade humana cresceu [has grown] e se desenvolveu em todos os lugares, de tal maneira que suas formas, opiniões e ações têm muitas características fundamentais em comum. Esta importante descoberta implica que existem leis que governam o desenvolvimento da sociedade; que elas são aplicáveis à nossa sociedade como também às sociedades de épocas passadas ou localizadas em terras distantes; que o conhecimento de tais leis nos oferecerá uma chave para compreendermos as causas que promovem e retardam a civilização; e que, guiados por esse saber, esperamos governar [to govern] nossas ações de tal forma que o maior benefício para o gênero humano possa provir delas. Desde que esta descoberta foi claramente formulada, a antropologia começou, finalmente, a receber o amplo interesse público que lhe foi negado quando ainda se acreditava que ela não poderia fazer mais que registrar costumes curiosos e crenças de povos estranhos ou, no melhor dos casos, traçar suas relações e, desde modo, elucidar as migrações passadas das raças humanas e as afinidades entre os povos.

Enquanto os primeiros investigadores concentraram sua atenção nesse problema puramente histórico, a situação agora mudou por completo, de maneira tal que, na atualidade, até existem antropólogos que declaram que tais investigações pertencem ao historiador, e que os estudos antropológicos deveriam estar limitados às pesquisas das leis que governam o crescimento da sociedade.

Uma mudança radical de método acompanhou essa mudança de pontos de vista. Enquanto que, anteriormente, as identidades ou semelhanças entre as culturas [similarities of culture] foram consideradas provas incontestáveis de conexão

⁸ O original desse texto foi lido à reunião da American Anthropological Association em Buffalo e publicado em: *Science*, N.S., vol.4 (1896), pp.901-908. A tradução do original em inglês foi realizada pelos professores Carlos Borges e Erwin Frank do Departamento de Ciências Sociais da UFRR.

histórica, ou até de uma origem comum, a nova escola se recusa a considerá-las como tal, interpretando-as como resultantes do funcionamento uniforme da mente humana. O mais decidido defensor desse ponto de vista em nosso país é o Dr. D. G. Brinton, e, na Alemanha, a maioria dos seguidores de Bastia ultrapassam nesse ponto até o próprio Bastia. Outros, enquanto não negam a ocorrência de conexões históricas, as consideram insignificantes em seus resultados e na sua importância teórica, comparadas aos efeitos [the working] das leis uniformes que governam a mente humana. Esta é a visão, sem dúvida, da grande parte dos antropólogos atuais.

Esta visão moderna é fundada na observação de que os mesmos fenômenos étnicos se encontram [occur] entre os mais diversos povos, ou, como diz Bastia, na monotonia apavorante das idéias fundamentais do gênero humano em toda parte do globo. As noções metafísicas do homem podem ser reduzidas a alguns poucos tipos distribuídos universalmente, e o mesmo se aplica às formas de sociedade, às leis e às invenções. Além disso, as idéias mais complicadas e aparentemente ilógicas, e os costumes mais curiosos e complexos, aparecem em alguns tribos tanto quanto em outros lugares, de tal maneira que a suposição de uma origem histórica comum é excluída.

Quando se estuda a cultura de qualquer tribo, analogias mais ou menos diretas de certos elementos específicos [single traits] de tal cultura podem ser encontrados nos povos mais diversos. Um número amplo de exemplos de tais analogias foram colecionadas por Tylor, Spencer, Bastia, Andree, Post e muitos outros, de forma que não é necessário dar aqui qualquer prova detalhada deste fato. A idéia de uma vida futura; aquelas que subjazem ao xamanismo; invenções como o fogo e o arco; certas características elementares da estrutura gramatical - sugerem tipos de fenômenos aos quais me refiro. Segue a estas observações que, quando encontramos analogias entre elementos culturais específicos em povos distantes, a presunção não é que houve uma fonte histórica comum, mas a de que surgiram independentemente.

Mas, a descoberta destas idéias universais é somente o

começo do trabalho do antropólogo. A investigação científica tem que responder a duas perguntas no diz respeito a tais idéias. Primeiro: qual a origem delas? e segundo: como elas se incorporam e se mantêm [assert themselves] nas diversas culturas?

A segunda pergunta é a mais fácil de responder. As idéias não existem em todos lugares de forma idêntica, visto que variam. Material suficiente foi acumulado para mostrar que as causas destas variações são, ou externas, ou seja, ambientais - tomando o termo ambiente em sua acepção mais ampla -, ou internas, ou seja, fundamentadas em condições psicológicas. A influência de fatores externos e internos sobre as idéias elementares constituem um grupo de leis que governam o crescimento da cultura. Por isso, nossos esforços devem ser dirigidas no sentido de mostrar como tais fatores modificam as idéias elementares.

O primeiro método que se sugere, e que geralmente foi adotado pelos antropólogos modernos, é o de isolar e classificar as causas, agrupando as variantes de certos fenômenos etnológicos de acordo com as condições externas sob as quais aquelas pessoas vivem - tal como as encontramos - ou, de acordo com as causas internas que influenciam suas mentes; ou também [conversely], agrupando estas variantes de acordo com suas semelhanças. Depois disso, as condições correlacionadas de vida podem ser encontradas.

Por este método começamos a reconhecer, mesmo que imperfeitamente, quais as causas que eventualmente moldaram a cultura da humanidade. Friedrich Ratzel e W.J. McGee investigaram a influência do ambiente geográfico sobre uma base mais ampla de fatos do que Ritter e Guyot puderam fazer em suas épocas. Sociólogos realizaram estudos importantes dos efeitos da densidade da população e de outras causas sociais específicas. Assim, a influência de fatores externos no crescimento da sociedade está ficando cada vez mais clara.

Os efeitos de fatores psíquicos também são estudados da mesma maneira. Stoll tentou isolar o fenômeno da sugestão e do hipnotismo e estudar os efeitos da sua presença nas culturas de vários povos. Investigações das relações mútuas de tribos e

povos começam a mostrar que certos elementos culturais são assimilados facilmente enquanto outros são rejeitados; e a velha imagem [time-worn phrases] da imposição de cultura por povos altamente civilizados sobre outros de cultura inferior que foram conquistados, está sendo substituída por uma visão mais realista quanto à questão das trocas de realizações culturais. Em todas estas investigações estamos usando sólidos métodos indutivos para isolar as causas dos fenômenos observados.

Dar uma resposta à outra pergunta com respeito às idéias universais, isto é, a da sua origem, é muito mais difícil. Foram feitas muitas tentativas para descobrir as causas que conduziram à formação de idéias que se desenvolvem, onde elas estejam, a férrea necessidade de que o homem viva. Este é o problema mais difícil da antropologia, e é de se esperar que resistirá a nossas tentativas ainda por muito tempo no futuro. Bastia nega a possibilidade de descobrir as últimas fontes das invenções, idéias, costumes e crenças de ocorrência universal. Elas podem ser nativas ou podem ser adquiridas; elas podem ter surgido de uma variedade de fontes, - mas elas estão lá. A mente humana é constituída de uma maneira tal, que ela inventa tais idéias espontaneamente ou as aceita, sempre que à mente, elas lhes são oferecidas. Esta é a idéia elementar de Bastia, freqüentemente mal interpretada [much misunderstood].

Até certo ponto, a enunciação clara da idéia elementar nos dá a razão psicológica para sua existência. Exemplifico: o fato de que a terra das sombras é tão freqüentemente colocada à oeste sugere o empenho para localizá-la no lugar onde o sol e as estrelas desaparecem. A mera declaração de que o homem primitivo considera animais dotados com todas as qualidades do homem, mostra que a analogia entre muitas das qualidades dos animais e dos seres humanos levou à generalização de que todas as qualidades dos animais são humanas.

Em outros casos, as causas não são tão claras. Assim, a questão de porque todos os idiomas distinguem entre o "eu falante", a pessoa com quem se fala e a pessoa da qual se fala, e porque a maioria das línguas não realizam claramente [sharp] esta distinção lógica no plural, é difícil de responder. A princípio,

a observação requer, consistentemente, sempre que no plural, deva existir uma distinção entre o 'nós' formado pelo conjunto do "eu falante" com a pessoa com quem se fala, e o 'nós', formado pela pessoa que fala e as pessoas das quais ele fala, - distinção encontrada tão só em poucas línguas. A menor probabilidade para mal-entendidos no plural explica este fenômeno em parte, mas dificilmente de maneira adequada. Ainda mais obscura é a base psicológica em outros casos, por exemplo, em alguns costumes de casamento de ampla ocorrência. Prova da dificuldade deste problema é a infinidade de hipóteses que já foram inventadas para explicá-lo em todas as suas diversas fases.

Tratando disso, o problema mais difícil da antropologia, é de que freqüentemente se aceita o ponto de vista de que se um fenômeno etnológico se desenvolveu independentemente em vários lugares, o seu desenvolvimento também tem sido o mesmo em toda parte, - ou, para referi-lo de uma forma diferente, que os mesmos fenômenos etnológicos sempre tiveram as mesmas causas. Isto conduz a uma generalização ainda mais ampla: que a identidade dos fenômenos etnológicos, encontrados em diversas regiões, fosse prova de que a mente humana obedeceria as mesmas leis em todos os lugares. É óbvio que, se desenvolvimentos históricos diferentes pudessem conduzir à resultados idênticos, então esta generalização não seria sustentável. A existência deles apresentaria a nós um problema completamente diferente, isto é, como é que o desenvolvimento da cultura produz tão freqüentemente os mesmos resultados? Por isso deve ser claramente compreendido que a pesquisa antropológica que compara fenômenos culturais semelhantes em várias partes do mundo, para descobrir a história uniforme do desenvolvimento dos mesmo, supõe de que o mesmo fenômeno etnológico desenvolveu-se em todos os lugares da mesma maneira. Temos aqui um ponto fraco na argumentação do novo método, porque nenhuma prova disso pode ser apresentada. Até mesmo a revisão mais superficial mostra que o mesmo fenômeno pode se desenvolver de várias maneiras.

Darei alguns exemplos: tribos primitivas quase

universalmente são divididas em clãs que possuem totens. Não pode haver dúvida de que esta forma de organização social surgiu independentemente, inúmeras vezes. A conclusão está certamente justificando que as condições psíquicas do homem favorecem a existência de uma organização totêmica da sociedade, embora não se deva concluir que a sociedade totêmica se desenvolveu em todos os lugares da mesma maneira. Dr. Washington Matthews, acredita que os totens dos Navajo surgiram pela associação de clãs [inicialmente] independentes. Capt. Bourke acredita que ocorrências semelhantes deram origem aos clãs dos Apaches, e Dr. Fewkes chegou à mesma conclusão no diz respeito a algumas das tribos dos Pueblo. Por outro lado, temos provas que os clã podem também resultar de uma subdivisão [division]. Tenho mostrado que tais eventos ocorreram entre os índios da costa do Pacífico Norte. A associação de pequenas tribos, por um lado, e a desintegração de tribos demograficamente crescente, por outro lado, levaram a resultados que parecem plenamente idênticos.

Para dar outro exemplo: investigações recentes mostraram que os desenhos geométricos na arte primitiva, às vezes originaram-se de formas naturalistas que eram gradualmente convencionalizadas; às vezes de motivos técnicos, e, ainda em outros casos, eles eram geométricos desde o início ou derivadas de símbolos. De todas estas fontes as mesmas formas se desenvolveram. Dos desenhos que representaram objetos diversos, se desenvolveram, no decorrer no tempo, círculos, meandros, cruzes, etc. Daí que a ocorrência freqüente dessas formas não prova nem uma origem comum, nem que elas sempre se desenvolveram de acordo com as mesmas leis psíquicas. Ao contrário, o resultado idêntico pode ter sido alcançado em quatro linhas diferentes de desenvolvimento e em base a um número infinito de pontos de partida.

Um outro exemplo pode não ser demasiado: o uso de máscaras existe entre um grande número de povos. A origem do costume do uso de máscaras não é muito clara em todos os casos, mas algumas formas típicas do uso delas podem facilmente ser distinguidas. Elas são usadas para enganar os

espíritos sobre a identidade do acólito. O espírito de uma doença que pretende atacar a pessoa, não a reconhece quando ela usa uma máscara, e a máscara serve desta forma como uma proteção. Em outros casos a máscara representa um espírito que é personificado pelo acólito, quem desta forma assusta e manda embora [frightens away] outros espíritos hostis. Outras máscaras ainda são comemorativas. O acólito personifica uma pessoa falecida cuja memória tem que ser recordada. Máscaras também são usadas em desempenhos teatrais, ilustrando incidentes mitológicos⁸.

Estes poucos dados bastam para mostrar que o mesmo fenômeno étnico pode se desenvolver de fontes diferentes. Quanto mais simples o fato, mais provável se torna que ele pode ter se desenvolvido aqui de uma fonte, e lá de outra.

Vemos assim que a suposição fundamental que é feita tão freqüentemente pelos antropólogos modernos não pode ser aceita como verdadeira em todos os casos. Não podemos dizer que a ocorrência do mesmo fenômeno sempre se deva às mesmas causas, e que isso prove que a mente humana obedece as mesmas leis em todos os lugares. Temos de exigir que se investigue as causas que as deram origem, e que se restrinja as comparações àqueles fenômenos comprovadamente resultantes das mesmas causas. Temos de insistir que essas investigações sejam realizadas antes de qualquer estudo comparativo extenso [be made a preliminary to...comparative studies]. Nas pesquisas em sociedades tribais, aquelas que se desenvolveram por associação têm que ser tratadas separadamente daquelas que se desenvolveram por desintegração. Figuras geométricas que surgiram de representações convencionais de objetos naturais têm de ser tratadas separadamente daquelas que surgiram de motivos técnicos. Em poucas palavras, antes de realizar comparações extensas, a comparabilidade do material tem de ser comprovada.

Os estudos comparativos dos quais eu estou falando aqui

⁸ Ver: Richard Andree. *Etnographische Parallelen und Vergleiche*. Neue Folge (Leibzig 1889), pp. 107 ff. (Nota no original)

tentam explicar os costumes e idéias de notável semelhança, achados aqui e acolá. Mas, eles também procuram a maneira mais ambiciosa para descobrir as leis e a história da evolução da sociedade humana. O fato de que muitas características fundamentais da cultura são universais ou pelo menos ocorrem em muitos lugares isolados, interpretados à luz da suposição de que as mesmas características sempre devem ter se desenvolvido das mesmas causas, conduz à conclusão de que existe um esquema geral de acordo com o qual o gênero humano se desenvolveu em todas as partes; que todas as variações observáveis [occurring] são nada mais que detalhes secundários [minor details] dessa evolução uniforme geral. Está claro que essa teoria tem como base lógica a suposição de que fenômenos idênticos sempre tiveram as mesmas causas. Por exemplo: encontramos muitos tipos distintos de estrutura familiar. Pode-se demonstrar que as famílias patrilineares [paternal families] se desenvolveram freqüentemente das matrilineares [maternal]. Conclui-se que todas as famílias patrilineares desenvolveram-se das matrilineares. Mas se não aceitamos a suposição de que os mesmos fenômenos se desenvolveram em todos os lugares a partir das mesmas causas, então podemos concluir com a mesma facilidade que as famílias patrilineares têm, em alguns casos, surgido de instituições matrilineares, e, em outros casos, de outras formas. Para dar outro exemplo: muitas concepções da vida futura, evidentemente desenvolveram-se de sonhos e alucinações. Diz-se, conseqüentemente, que todas as noções desta natureza tiveram a mesma origem. Mas isto, só é verdade também se nenhuma outra causa, possivelmente, puder conduzir às mesmas idéias.

Vimos que os fatos não favorecem em nada tal suposição; ao contrário, eles apontam para uma direção oposta. Dai que temo também temos de considerar todas as tentativas ingênuas de construir um sistema geral da evolução da sociedade como um valor muito duvidoso, a menos que se comprove com ele que o mesmo fenômeno sempre tem que ter a mesma origem. Até lá, a suposição é sempre a favor de uma variedade de cursos que o crescimento histórico pode ter escolhido.

A essa altura é bom lembrar um dos principais objetivos da pesquisa antropológica. Concordamos que certas leis existem e que governam o crescimento da cultura humana, e nos esforçamos em descobri-las. O objetivo de nossas investigações é encontrar os *processos* através dos quais certos níveis da cultura se desenvolveram. Os costumes e as crenças não são, elas próprias, o objetivo final da pesquisa. Queremos aprender as razões do porquê tais costumes e convicções existem; em outros palavras, desejamos descobrir a história de seu desenvolvimento. O método que no momento é mais frequentemente aplicado em investigações dessa índole, compara as variações sob as quais os costumes e as convicções aparecem, e tenta identificar a causa psicológica comum que está subjacente a todos eles. Eu tentei mostrar [I have stated] que este método está aberto a uma objeção bastante fundamental.

Temos outro método que em muitos aspectos é muito mais seguro. Um estudo detalhado de costumes na sua relação para com a cultura total da tribo que os pratica, em conexão com uma análise da sua distribuição geográfica nas tribos vizinhas, quase sempre nos proporciona o meio para determinar com precisão considerável as causas históricas que levaram à formação dos costumes em questão, e para determinar os processos psicológicos responsáveis para o seu desenvolvimento. Os resultados das pesquisas conduzidas por este método podem ser três. Eles podem revelar as condições ambientais que criaram ou modificaram os elementos culturais; eles podem esclarecer fatores psicológicos que estão moldando a cultura; ou eles trarão aos nossos olhos os efeitos que as conexões históricas tiveram no crescimento da cultura.

Temos neste método um meio para reconstruir a história do crescimento de idéias com muito mais precisão do que aquelas permitidas pelas generalizações do método comparativo. Esse último não postula nada além de um modo hipotético de desenvolvimento, avaliado por uma probabilidade mais ou menos objetiva, fundamentada em dados empíricos. Mas, até agora, eu não vi ainda qualquer tentativa séria para provar a veracidade de uma teoria, testando-a a partir de desenvolvimentos cuja história

nos é familiar. Ajustar os fenômenos à camisa-de-força de uma teoria é contrário ao processo indutivo pelo qual as relações reais de certos fenômenos podem ser encontrados. Esse último não é outra coisa que o tão freqüentemente ridiculizado método histórico. Seu modo de procedimento não é, certamente, ainda aquele de épocas anteriores, quando semelhanças superficiais entre as culturas foram consideradas prova de relacionamentos, embora tal método reconheça devidamente os resultados obtidos por estudos comparativos. Sua aplicação está baseada, em primeiro lugar, num território geográfico pequeno e bem definido, e suas comparações nunca são levadas além dos limites da área cultural que forma a base do estudo. Somente quando forem obtidos resultados definitivos com respeito a tal área, será possível estender o horizonte além desses limites, embora o maior cuidado deva ser tomado para não se proceder muito apressadamente, caso contrário, a proposição fundamental que antes formulei, poderia ser negligenciada; a ver: quando encontramos uma analogia de traços específicos de cultura entre povos distante, a suposição não é que houve uma fonte histórica comum, mas que eles surgiram independentemente. Dai que as investigações sempre têm que demandar continuidade de distribuição como umas das condições essenciais para provar conexão histórica, e a suposição de "elos perdidos" deve ser aplicada com muita parcimônia. Esta distinção clara entre o novo e o velho método histórico ainda é freqüentemente negligenciada pelos defensores apaixonados do método comparativo. **Eles não apreciam a diferença entre o uso indiscriminado de semelhanças de cultura para provar uma conexão histórica e o cuidadoso e lento estudo detalhado de fenômenos locais. Já não acreditamos que as semelhanças superficiais entre as culturas da América Central e da Ásia oriental são provas suficientes e satisfatórias de uma conexão histórica. Por outro lado, nenhum observador imparcial negará que existem razões muito fortes para acreditar que um número limitado de elementos culturais encontrados no Alasca e na Sibéria tenham uma origem comum. As semelhanças de invenções, costumes e crenças, junto com a continuidade de sua distribuição dentro de uma área delimitada, são prova**

suficiente da veracidade desta opinião. Mas não é possível estender esta área com alguma certeza além dos limites de Rio Columbia na América, e o Japão, no norte na Ásia. Este método de pesquisa antropológica é representado em nosso país por F. W. Putnam e Otis T. Mason; na Inglaterra por E. B. Tylor; na Alemanha por Fredrich Ratzel e seus discípulos.

Parece necessário aqui, dizer algumas palavras com respeito a uma abjeção a minha argumentação que será formulada por pesquisadores que acreditam que a semelhança do ambiente geográfico é causa suficiente para a similaridade da cultura, ou seja, que as condições geográficas das planícies da bacia do Mississipi, por exemplo, obrigaram o desenvolvimento de uma certa cultura. Horatio Hale vai ainda mais longe ao acreditar que semelhanças na forma dos idiomas podem ser atribuídas a causas ambientais. O ambiente tem um certo efeito limitado na cultura de homem. Mas não vejo como alguém pode defender com tais fatos [supported by any facts] que ele fosse um modelador primário da cultura. Um exame rápido das tribos e povos do nosso globo mostra que povos com culturas e línguas muito diversas existem sob as mesmas condições geográficas; como prova disso pode ser mencionada a etnografia da África Oriental ou da Nova Guiné. Em ambas regiões encontramos uma grande diversidade de costumes em áreas pequenas. Mas muito mais importante é que nenhum fato observado pode ser apresentado em defesa desta hipótese que não poderia ser explicada também pelos bem conhecidos fatos da difusão de cultura, - já que a arqueologia como também a etnografia nos ensinam que a interação entre tribos vizinhas sempre existiu dentro de áreas enormes. No Velho Mundo, os produtos do Báltico encontraram o seu caminho até o Mediterrâneo e as obras de arte da Mediterrâneo Oriental chegaram até à Suécia. Na América, as conchas do oceano foram levadas até mesmo ao centro do continente, e a obsidiana do Oeste chegou até Ohio. Casamentos intertribais, a guerra, a escravidão e o comércio constituíram tantas fontes de introdução constante de elementos culturais estranhos, de forma que uma assimilação da cultura tem que ter ocorrido em áreas contíguas. Acredito, portanto, que

onde uma influência imediata do ambiente sobre tribos vizinhas não puder ser comprovada, a preferência tem que ser dada à suposição de uma conexão histórica. Houve um tempo de isolamento durante o qual as características particulares de culturas diversas se desenvolveram de acordo com a cultura prévia e o ambiente das tribos. Mas os estados da cultura, representando este período, foram posteriormente encobertos por tantas novidades devidas ao contato com tribos estrangeiras, que elas não podem ser descobertas sem o isolamento muito cuidadoso dos elementos estrangeiros.

Os resultados imediatos do método histórico são, então, histórias das culturas de tribos diversas constituindo os objetos da pesquisa. Concordo totalmente com aqueles antropólogos que reivindicam que este não é o objetivo último de nossa ciência, porque as leis gerais, embora implícitas em tais descrições, não podem ser formuladas claramente e nem seu valor relativo apreciado sem uma comparação completa da maneira como elas se tornaram manifestas em culturas diferentes. Mas insisto que a aplicação deste método é a precondição indispensável de um progresso sólido. O problema psicológico está contido nos resultados da investigação histórica. Quando esclarecermos a história de uma única cultura e quando entendermos os efeitos do ambiente e das condições psicológicas que estão refletidas na cultura, teremos dado um passo adiante, já que depois podemos investigar como as mesmas causas, ou causas distintas, estavam atuando no desenvolvimento de outras culturas. Assim, comparando histórias de crescimento, leis gerais poderão ser encontradas. Este método é muito mais seguro que o método comparativo, tal como normalmente praticado, porque ao invés de uma hipótese quanto ao modo de desenvolvimento, histórias reais formarão a base de nossas deduções.

A investigação histórica deve ser considerada o teste crítico que a ciência tem que requerer antes de admitir fatos como evidência. Por esses meios, a comparabilidade do material coletado tem que ser comprovada e a uniformidade processual tem que ser exigida como prova de comparabilidade. Além disso, quando a conexão histórica entre dois fenômenos puder ser

demonstrada, eles não devem ser admitidos como evidência independente.

Em alguns casos os resultados imediatos deste método são tão importantes como os melhores resultados que podem ser produzidos através dos estudos comparativos. Alguns fenômenos têm uma distribuição tão imensa que a descoberta de sua ocorrência sobre áreas contínuas muito extensas, prova imediatamente que as variedades [certain phases] de cultura nessas áreas originaram da mesma fonte. Assim se esclarecem porções amplas da pré-história [early history] do gênero humano. Quando Edward S. Morse mostrou que certos métodos de se lançar flechas são peculiares a continentes inteiros, ficou imediatamente claro, que a prática comum encontrada sobre uma área vasta deve ter tido uma origem comum. Dado que os polinésios empregam um método de fazer fogo que consiste em esfregar uma vara ao longo de um entalhe, enquanto quase todos os outros povos usam a broca de fogo, está comprovada que a arte de fazer fogo entre os polinésios tem uma origem particular. Se notarmos que a provação é encontrada por toda parte da África em certas formas peculiares, enquanto em outras partes do mundo habitado, distante da África, ela não é encontrada, ou se é, é encontrada apenas em forma rudimentar, está mostrado que sua idéia, como praticada na África, teve uma única origem.

A grande e importante função do método histórico na antropologia nos parece, portanto, a sua capacidade em descobrir os processos que em casos específicos conduziram ao desenvolvimento de certos costumes. Se a antropologia deseja estabelecer as leis que governam o crescimento da cultura, ela não deve se limitar em comparar apenas os resultados desse crescimento, mas, sempre que possível, tem que comparar os processos desse crescimento que podem ser descobertos por meio de estudos das culturas numa área geográfica restrita.

Assim, vimos que o método comparativo tão somente pode alcançar os resultados para os quais se esforça, baseando as suas investigações nos resultados históricos das pesquisas, dedicadas a esclarecer [laying clear] as relações complexas de cada cultura individual. O método comparativo e o método histórico, se se

pode aplicar estes termos, há muito tempo têm se 'empenhado pela supremacia, mas esperamos que cada um deles encontre logo seu lugar e a sua função apropriados. O método histórico alcançou uma base mais segura, abandonando o princípio enganoso de pressupor conexões, onde quer que fossem encontradas similaridades culturais. O método comparativo, apesar de tudo aquilo que foi dito e escrito em seu elogio, tem sido notavelmente estéril em resultados definitivos, e eu acredito que não se tornará prolífico até renunciarmos o vão empreendimento em construir uma história sistemática e uniforme da evolução da cultura, e até que comecemos a fazer nossas comparações em bases mais amplas e mais sólidas, como as que me aventurei em esboçar. Até agora nos entusiasmos demais com incertezas mais ou menos ingênuas. O trabalho sério [solid] é ainda tudo antes de nós.

SADISMO
“DENTRO DA NOITE” e “O FIM DE ARSENIO GODARD”

Vinicius Lopes Passos*

“Toda lua é cruel e todo sol, engano...”

Rimbaud

- 1 -

“ Às bodas e batizados não se vai sem ser convidado ”, diz a fada do mal comparecendo inesperadamente ao batizado da princesa no conto infantil “A Bela Adormecida”. Com essa intervenção irônica e acompanhada de um estridente riso de deboche, ela reclama o fato de ter sido banida da grande festa. Para ela era igualmente necessário o vaticínio do mal. Isso nos remete ao mundo primitivo da criança, em que não aparece censura, bem e mal coexistem como forças complementares. A fada do mal coloca-se como um *a priori*, um dado da própria natureza.

Em outro nível e perspectiva, o Marquês de Sade, indagando sobre a liberdade na sociedade francesa do século XVIII, como resposta sugere que bem e mal eram ambos concebidos pela natureza, não havendo sentido, portanto, em analisar-lhes. As leis devem sim respeitar as individualidades e o cidadão não deve estar limitado ou reprimido pelos demais (PEIXOTO: 1979:203).

A despeito da moral, a reivindicação sadiana quer a liberdade. Também essa interessa ao Decadentismo enquanto movimento estético e literário. Consciente de estar testemunhando uma transição, o homem decadentista reage contra a aceitação formal de credos e sistemas, rebela-se contra o mundo constituído e pobre, da ordem. Esta rebeldia na arte assume o retorno da racionalidade para a construção de um objeto autônomo, o culto da arte pela arte, por meio da

* Professor do Departamento de Línguas Vernáculas da UFRR.

revolução técnica e temática. Outro desejo é o da restauração do binômio arte/vida pela disponibilidade à pesquisa até a exaustão. Nesse rumorejar de conquistas, o perverso surge como traço marcante do movimento.

Perverso quer dizer uma certa maneira de caracterizar o desvio das normas morais e estéticas. O homem individualista do decadentismo não insiste simplesmente no culto do mal, ele quer, lançado à própria sorte, liberdade total. A moral não existe. A arte é autônoma. Condutor de seu destino, o decadentista persegue o exaurimento das forças através da percepção sensitiva incomum, do cerebralismo, da visão onírica e fantasmática, da confusão sinestésica. Vive-se o refinamento de desejos, prazeres, sensações; as neuroses avultam. Os temas procurados são a ferocidade, a exploração incontente da carne, a morte, o amor cínico, o horrendo. De resto, esse complexo resulta no culto da perversidade estabelecida pelo artificialismo. Eis o sadismo que tem na figura magna do libertino o pedagogo maior.

O artificialismo e a perversidade estão em *Dentro da Noite*, exemplar decadentista brasileiro, escrito por João do Rio. Esse livro aponta tanto para o conhecimento que o autor tinha do movimento europeu como retoma algumas questões caras àquele. Para João do Rio discípulo de Oscar Wilde, o artificialismo ou a busca do artifício como elemento de construção estética é uma atitude moderna. À moda de Huymmans, autor de *As Avelãs*, o homem moderno dos espaços urbanos é um degenerado neurótico, esquisito, nutrindo-se do grande objetivo de corrupção da vida, invertendo o sentido do natural e do artificial, para enfim poder denunciar aquilo que a vida moderna pode conter de efêmero, absurdo, arbitrário. O homem moderno é produto de uma degenerescência, contra a qual não pode resistir. Nada melhor do que a figura emblemática do "dandy" para personificar esse espírito entregue a prazeres e devaneios: *Eu tenho um vício que é positivamente a loucura. Luto, resisto, grito, debato-me, não quero, mas o vício vem vindo a rir, toma-me pela mão, faz-me inconsciente, apodera-se de mim* (JOÃO DO RIO:1910:3).

O ambiente em que o homem moderno circula é recorrente, sempre o do salão, rico e refinado, ele é o palco para a vivência do ócio. As pessoas encontram-se para falar e ouvir, sobretudo, ouvir a palavra do velho dandy Barão Belfort *que dizia as coisas mais horrendas com uma perfeita distinção*. As questões retornam, já dissemos; há força especulativa em torno da noção de progresso, da natureza e função da obra de arte autêntica, da memória dos sentidos, do par dialético verdade/mentira, do valor do vício, da perversão e da morte.

Apesar da relevância dos assuntos indicados, a atenção centra-se no sadismo enquanto ideal e prática de uma certa classe de homens durante a Belle Époque, a de homens privilegiados, com dinheiro e, conseqüentemente, tempo suficiente para dedicarem-se ao vício e ao mal. Já que tal fenômeno perpassa por toda obra, escolhemos dois contos, particularmente, elucidativos para a análise: "Dentro da Noite" e "O Fim de Arsênio Godard". A escolha justifica-se por haver neles a manifestação, talvez mais evidente, do traço sádico, favorecendo a observação do funcionamento da estrutura. Antes, porém, parece ser proveitosa alguma informação sobre a função da perversão nos sistemas decadentista e sadiano, não perdendo de vista a idéia de que a perversão é utilizada como aparato formal na construção da obra de arte literária.

- 2 -

O Marquês de Sade criou uma obra polêmica. Sabe-se que não só escreveu sobre perversões como teve as suas, pelo menos, sua lenda nasceu de um processo criminal, acusado de supliciar a viúva Rose Keller. O que importa, entretanto, são as preocupações morais, políticas e estéticas que a obra suscita. Muitos comentadores apontam nela a manifestação de uma revolta total, exigência de liberdade absoluta de princípios, mas sobretudo de instintos. A natureza, mãe dos instintos, cria o homem para o prazer, eis a origem humana associada à vida mais inconsciente e primária. No universo sadiano, por isso, destacam-

se a autarquia como regime político, a independência e o individualismo na forma dos costumes mais prosaicos.

Fernando Peixoto (1979) apresenta, em seu estudo sobre Sade, a preocupação do Marquês com os temas e a maneira de apresentá-los nos romances. Sade escolheu escrever sobre as paixões e os vícios porque acreditava que não era fazendo a virtude triunfar que o escritor despertaria o interesse do leitor. O triunfo da virtude apenas confirmaria a ordem do mundo, de um determinado mundo cristão, católico, ordeiro e positivo. Todavia, se a virtude pode ser derrotada pelo vício, aí então a atenção do leitor tem a possibilidade de ser retida. Além do mais, o romance, antes de ser belo, deve manter a verossimilhança a fim de que o leitor não se sinta enganado. Sade *colocou certa vez como objetivo central de sua obra: não tornar o vício atraente, mas, ao contrário, despertar certa repugnância* (PEIXOTO: 1979:17). Então, como salienta esse autor, se for possível crer na sinceridade de Sade, a proliferação das imagens sádicas e das anomalias cumprem uma função moral na obra do Marquês.

De qualquer forma, fato é que o sadismo passou a designar o sistema em que pensamento e corpo, unidos, procuram experiências cuja força de impulsão é estabelecida pela relação entre prazer e dor. Enquanto conceito o sadismo desloca-se em várias direções. No decadentismo está implícito à composição da escritura. Contudo o sadismo não é introduzido no sentido de ser explorado em sua dimensão valorativa dos costumes, como simples reação aos padrões morais. A liberdade, crítica por excelência, exigida pelos decadentistas é outra. É preciso para sua compreensão desvincular a arte e o artista dos esquemas funcionais impostos pela sociedade. O lugar da arte é aquele de onde nasce seu discurso autoreferente. Para Oscar Wilde, o artista é criador de coisas belas e a beleza provém de um universo intrínseco à forma que estrutura a obra. O belo, categoria essencialmente estética, também não deve ser regido por leis funcionalistas, pois, uma obra torna-se mais bela quanto mais volta-se para sua estrutura interna, sua vida interior. Se a obra de arte não deve então ser julgada por parâmetros alheios à sua natureza específica, os temas noturnos, melancólicos,

perversos, horrendos podem voltar a frequentar as obras, sem a obrigação de servirem a propósitos didático-morais.

O vício ou a virtude são para o artista materiais de uma arte, ou seja, sua função resume-se a tornarem-se objetos de estetização, não cabendo-lhes nenhuma outra função. A obra de arte pertence ao território do estético e, como tal, deve ser avaliada primeiro com os instrumentos desse sistema.

- 3 -

"Não existem livros morais ou imorais..."

Oscar Wilde

Em "Dentro da Noite", Rodolpho Queiroz encontra-se com um amigo num trem do subúrbio. Daí surge o relato de seu vício e infâmia. Esse vício é visto por ele como atuação de uma força que, se apoderando dele, fazia-o inconsciente, impelindo-o a agir. Temos a gênese, a radicação e a permanência do vício. Quando o personagem vê os braços nus da namorada, associando-os aos braços das *Oreadas* pintadas por Boticelli, Rodolpho deseja possuí-los, *principalmente para fazê-los sofrer. A vontade enraizou na alma, cresceu. No primeiro instante, [sua] vontade era bater-lhe com pezos, brutalmente. Agora a grande vontade era de apertal-os, enterrar-lhes longos alfinetes, de cozel-os devagarinho, a picadas* (JOÃO DO RIO:1910:4). Na insistência e na chantagem do falso ciúme, ele consegue realizar o desejo. Clotilde submete-se e a circularidade é criada.

Cabe ressaltar que no namoro entre Rodolpho e Clotilde, à medida do crescimento da vontade sádica, o amor desaparece totalmente. Por ser o sádico um ser solitário que não se esquece de si, preocupado em planejar racionalmente o prazer, a paixão amorosa é subjugada pela reflexão. Clotilde então transforma-se em objeto nas mãos de Rodolpho. É a vítima que, não conseguindo romper sozinha a submissão, segue definhando. A criada descobre as marcas no corpo, Clotilde confessa tudo e, enfim, é libertada pelo rompimento da relação. Rodolpho segue

impune. Do âmbito privado parte a manifestar o vício na esfera pública. As vítimas agora são prostitutas, pagas, embora não o saibam, com o fim de serem supliciadas. Não se satisfazendo nunca, o narrador passa a atacar todas as mulheres independentemente do lugar onde se encontram, denotando a completa compulsão de Rodolpho. Também essas mulheres são passivas, não há resistência efetiva ao suplício.

Nesta narrativa da evolução do vício, há de ser destacada a cumplicidade. Essa é a expectativa do ato de narrar. Rodolpho tem como resposta a seu relato a seguinte intervenção: *E's mais um tipo a enriquecer a serie enorme dos discipulos do Marquez de Sade. Um homem de espirito já definiu o sadismo: a depravação intelectual do assassinato. E's um Jack hiper-civilizado, contentas-te com enterrar alfinetes nos braços. Não te assustes* (JOÃO DO RIO:1910:4). Se Rodolpho reclama de seu vício mas não pode contê-lo, mesmo que a reclamação seja componente da dissimulação sádica, quem o escuta o faz sem traumas. A recepção é a mais natural possível. Isso se dá porque o vício é considerado apenas um imperativo da natureza. A satisfação do instinto é ordem da natureza, comenta Luciano de Barros em "O monstro", outro conto do mesmo livro. Temos ainda outra explicação. *O libertino¹ precisa da conspiração e da cumplicidade; os cúmplices dão uma dimensão demoníaca aos atos. Sem esta espécie de estímulo artificial dos sentidos não mais se deixam atingir integralmente* (PEIXOTO:1979:113), pois, para Sade se ver ele precisa ser visto. No sadismo os ritos precisam de audiência, já que é ela que cumprirá a função magistral de constituir o espetáculo, elemento de exteriorização tanto cênica quanto psicológica, a fim de que a perversão assuma a dimensão mais cruel: a congratulação do exibicionismo.

Tomando de empréstimo a fórmula do "ser visto para se ver", cara a Sade, o personagem Rodolpho tem, proporcionalmente ao suceder da narração, sua imagem recuperada pela impressão causada no outro. Se for passiva, funcionará como liberação para assegurar a prática da perversão. Nota-se, a propósito, que a interrupção de um dos diálogos no

¹ Libertino significa exatamente aquele que se rende ao aprendizado do sadismo.

conto, aquele do vagão, acontece quando o personagem vê entrar uma menina loira. Colocando-se de pé, cedendo à compulsão de supliciar, segue-a prontamente. Da narração para a execução, o vício deixa de ser apenas individual, é também social porque se realiza para o prazer dos cúmplices (o leitor é um em potencial) com a confirmação da existência da tara pela concretização do narrado. Ora, a naturalidade e a passividade frente ao vício do personagem repetem-se na estrutura. Há uma passagem curiosa em que o narrador comenta: *O rapaz que tinha o olhar desvairado prescruou o vagon. Não havia ninguém mais a não ser eu, e eu dormia profundamente...* (JOÃO DO RIO:1910:3). Aqui o jogo narrativo é desfeito. O narrador acorda só para nos lembrar que existe. Sua grande omissão ou distanciamento nos ilude quanto ao eixo em torno do qual o conto se estrutura. Na verdade, é mesmo através desta voz passiva, quase inexistente do narrador, que o conto se constrói. O narrador ouve a história, não rompe com ela introduzindo qualquer consideração; mantém-se velado sob as vozes do diálogo. Tal procedimento estrutural mostra o artificialismo do texto pela confusão estabelecida sobre quem narra. Acrescido a isso, a passividade das vítimas e a naturalidade diante do dado perverso tornam o conto carente de dramaticidade.

Outra é a perspectiva do conto "O Fim de Arsenio Godard". Nele temos um crime de guerra para ser punido. É capturado o delator que levava instruções aos legalistas. A presença deste homem no navio provoca a cólera da tripulação. Discute-se então a melhor forma de sentenciá-lo. Embora o desejo geral fosse matá-lo, era impossível fazê-lo pois ele era estrangeiro. A decisão cabia ao comandante. No entanto, a sentença é guardada em segredo até o dia seguinte, no qual a operação tem início. *É preciso fazel-o passar a noite fazendo palpites . Vocês não imaginam como é interessante passar a noite imaginando várias desgraças irremediáveis, que todas ellas são perfeitamente possíveis e hão de se dar algumas horas depois...*(JOÃO DO RIO:1910:46).

Essa passagem esboça a atitude sádica do comandante, já intencionando atingir a suscetibilidade do prisioneiro. O castigo

imputado é o de sua permanência no navio até o fim da ação. Os tripulantes estavam, todavia, proibidos de conversar ou responder ao prisioneiro. *Era o suplício do silêncio! Era o castigo! Alguns acharam fraco - eram os ingênuos* (JOÃO DO RIO:1910:48), acrescenta o narrador. Está oficialmente decretada a maratona.

A tripulação do navio era de trezentos homens, incluído o comandante. Esse, refinado e distinto, era a inteligência que criara o artifício do silêncio. A tortura não visava a violação física da vítima, era psicológica, era para quebrar a resistência de Arsenio Godard. Mas...Godard não era um qualquer, tinha personalidade voluntariosa, insistia com reinvestidas para romper o castigo. Tal atitude revelando a não passividade do prisioneiro constitui-se fator intensificador da ação, o elemento que dá dramaticidade ao texto (aqui interessa a seguinte observação: as vítimas do conto "Dentro da Noite", em oposição, não reagem ao suplício).

Quanto ao conteúdo, a resistência de Godard reafirma a cumplicidade dos homens do navio. O narrador diz: *E foi então a luta mais curiosa e mais atroz, o sport mais doloroso e mais inquietante que jamais viramos, entre a palavra e o silêncio.* Cada tripulante trancava-se para impedir a vitória de Godard. O objetivo daquele sport era obter a *rarefação do homem*; o argumento: *porque a palavra é a vida, e falar, trocar palavras é sentir-se viver. Godard sentia bem que nós o muravamos no silêncio* (JOÃO DO RIO: :51). Pela lógica do trecho citado, e do ponto de vista linguístico-simbólico, a castração da palavra impunha a morte em vida. Impossibilitado de dizer, excluído da tarefa de mensageiro (conduzia cartas e telegramas), o prisioneiro devia ser reduzido a um espécie de cadáver vivo.

No que se refere à estrutura, esta condição artificial de *morte em vida* é mantida por meio do narrador. Ele, tanto quanto Godard, não abdica da ação. Sua atividade caracteriza-se pelas digressões e comentários sobre os efeitos do castigo, analisando as reações da vítima, emitindo juízos de valor. Nota-se o prazer decorrente da atividade discursiva. A narrativa constrói-se com a narração do castigo no momento mesmo de sua execução. De

um lado a postura de resistência do prisioneiro, de outro, a reiteração do castigo do silêncio na e pela fala do narrador. Essa tensão, portanto, é o que forja a dramaticidade do texto. Um dos resultados da tensão, as oscilações de um espírito torturado são exemplificadas pelas reações de Godard. O martírio leva-o de um extremo a outro, da cólera contida passa à indignação, à intriga, à humilhação da súplica, retornando à cólera. Contudo o prisioneiro resiste.

O conto termina com a morte acidental de Godard. Num acesso de fúria ele arranca o sabre da mão de um dos marinheiros. O movimento resultante da reviravolta faz com que a arma atinja seu pescoço. Essa morte concreta é avaliada pelo narrador: *O torpe fugira à sentença, escapara das nossas mãos, deixara-nos impotentes para continuar a apertar-o infinitamente naquela sudario de silencio que fôra o nosso mais feroz, mais tremendo, mais dilacerante castigo* (JOÃO DO RIO:1910:58). Está claro, parece-nos, a indignação do narrador, o que não deixa de atribuir uma dimensão de vitória à morte de Godard. Com ela a ação perversa deixa de existir. E, conseqüentemente, a ação dramática também porque um dos pólos da resistência desaparece. O artificialismo reúne os elementos: sádico, baseado na imposição do silêncio e no prazer de gozar o desespero do outro; estrutural, o castigo cria a existência artificial do prisioneiro e sua resistência, condições necessárias para que o narrador pudesse manter o tom dramático da narrativa.

- 4 -

“Dentro da Noite” e “O Fim de Arsenio Godard” fazem percursos diversos. O primeiro preocupa-se em apresentar o dado perverso. O vício existe em sua inevitabilidade ao humano. A trajetória do personagem é destituída de altos e baixos, a targa não é colocada sob a forma de conflito. Não há na narrativa contraste realizador de tensão. As vítimas passam, quem ouve o narrado apenas constata e o narrador, omissivo, não interfere no andamento do conto. Essa linearidade reduz o impacto do texto

sobre o leitor.

Em contrapartida, "O Fim de Arsenio Godard" parece mais bem realizado esteticamente. Nele os elementos alcançam uma unidade e a perversão é apresentada e discutida. A descrição dos castigo, desde a motivação à análise dos efeitos, explora a possibilidade de indagação acerca da capacidade do homem de imputar restrições destrutivas ao semelhante. Mas isso é possível a partir da estrutura que exhibe a contradição entre vítima e narrador. A capacidade contestatória do primeiro implica na configuração do seu ponto de vista sobre o castigo que lhe é imposto. O narrador tempera a narrativa com seus comentários valorativos. Ele é, entre a tripulação, aquele que detém o poder. Sua visão contrabalançada pela da vítima ilustra bem as nuances do caráter humano.

BIBLIOGRAFIA

BARTHES, Roland. *Sade, Fourier, Loyola.* São Paulo, Brasiliense, 1990.

CALINESCU, Matei. "The Idea of Decadence". In: *Faces of Modernity: Avant-Garde Decadence Kitsch.* Indiana-USA, Indiana University Press, s/d.

MORAES, Eliane Robert. *Marquês de Sade - Um libertino no Salão dos Filósofos.* São Paulo, Educ, 1992.

PEIXOTO, Fernando. *Sade - Vida e Obra.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

RIO, João do. *Dentro da Noite.* Ed. Fac-símile. Rio de Janeiro, H.Garnier Livreiro-Editor, 1910.

**A ORGANIZAÇÃO RACIONAL DA EXPERIÊNCIA:
O RACIONALISMO APLICADO COMO BASE
PARA UMA APROXIMAÇÃO DO REAL**

Paulo Sousa Sarmento *

"(...) nada de racionalidade no vazio; nada de empirismo desconexo (...)"

Gaston Bachelard

LE RATIONALISME APLIQUÉ

Ao discutirmos o racionalismo aplicado, tomamos como ponto de partida um problema vigente e recorrente no âmbito do pensamento ocidental, um viés que tem, de certa forma, guiado as mais diversas concepções, seja de senso comum, científico, filosófico etc.: a questão das dicotomias. Aprendemos no Ocidente a ver as coisas sempre a partir de uma base dicotômica, na qual os pares em jogo se excluem. Temos sociedade em oposição a indivíduo, estrutura em oposição à sujeito, e assim sucessivamente. Esta perspectiva dicotômica pode ser presenciada nas próprias ciências sociais. Durkheim, por exemplo, privilegia a sociedade em detrimento do indivíduo, enquanto Weber vai pelo caminho inverso. No máximo conseguimos chegar a um terceiro termo: tese-antítese-síntese, ou ainda $a^2 + b^2 = c^2$ etc., que não deixa de ter uma base fundamentada na dualidade. Esta forma de perceber o real exclui, em última análise, o diálogo entre as partes, acabando por privilegiar uma dimensão em detrimento da outra.

Descartes muito antes, tomando seu "cogito ergo sum" como ponto de partida, divide o homem em corpo e mente, tomando esta última como o lugar onde reside a essência da natureza humana, instituindo o método analítico, método através do qual os objetos do conhecimento são decompostos, gerando uma fragmentação. Esse homem cartesiano dicotomizado, como observa Capra (1996:55), tem um profundo efeito sobre o pensamento ocidental, na medida em que passamos a nos ver como egos isolados e privilegiamos o trabalho mental em detrimento do manual. Assim, a base fundamental do pensamento cartesiano está centrada na

* Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRR

dicotomização da "res cogitans" e da "res extensa" como dimensões distintas, separadas e independentes.

Nietzsché já propunha uma percepção do real de forma gradual. Assim, quente e frio ao invés de opostos, seriam pontos num mesmo espectro, ou seja, o da temperatura. Neste caso específico, quente e frio não seriam vistos como duas partes que se excluem no espectro da temperatura, mas simplesmente estados diferentes de uma mesma realidade, mas não exclusivamente opostos.

O raciocínio excludente fica mais explícito em dicotomias como, bonito-feio, bem-mal, claro-escuro etc., que além de uma forte vigência, servem, no âmbito da cultura ocidental, como base fundamental para o julgamento do que é positivo e do que é negativo, que conduz, em última análise, a uma forma de pensar maniqueísta e tendenciosa, e porque não dizer, insuficiente. A análise unilateral acaba sendo reducionista e de fraca base compreensiva e explicativa.

Poderíamos afirmar que o racionalismo aplicado tem sua base mais forte de estruturação também a partir de uma dicotomia: a entre empirismo e racionalismo. As condições de possibilidade do racionalismo aplicado surgem a partir justamente da perspectiva excludente desses dois pólos.

Este trabalho propõe-se discutir, em linhas gerais, o racionalismo aplicado, categoria que tem como proponente Gaston Bachelard, tida como ponto de partida de sua epistemologia, que, sem dúvida, revolucionou o campo científico, na medida que desfaz a dicotomia entre racionalismo e empirismo, ao mesmo tempo que se apropria dessas duas categorias como via de acesso para a elaboração de um olhar mais profundo da interrelação entre o teórico e o empírico. Além do mais mostra as deficiências do racionalismo e do empirismo, bem como de tantas outras perspectivas que propõem uma visão unilateral do real.

Temos no racionalismo aplicado uma base mais segura de aproximação do real, de construção do objeto científico, visto que sua proposta é a de um diálogo constante entre a teoria e a experiência, além de inaugurar um novo olhar no que se refere ao processo de investigação. Trata-se, pois, de uma nova postura de

conceber a ciência e a forma como ela é construída e estruturada enquanto discurso que se fundamenta na interação, na dialética teórico-empírica, ou melhor, a ciência se constitui, é engendrada a partir de uma base dialógica entre a teoria e a experiência, não como dimensões estanques do processo de conhecimento científico.

Assim, não mais se falar de um racionalismo ou um empirismo exclusivamente, mas sim de um racionalismo aplicado ou de um empirismo racional, que, em síntese, expressam o mesmo ponto de vista. Neste sentido, Bachelard faz uma observação extremamente elucidadora quando diz,

(...) nada de racionalidade no vazio; nada de empirismo desconexo (...)

(Bachelard 1977:8).

O que o racionalismo aplicado propõe é uma ciência na qual haja uma integração contínua, um diálogo constante entre o teórico e o empírico, ou seja, uma ciência dialógica, na qual não haja determinação de quaisquer dos dois aspectos. Por outro lado, a proposta do racionalismo aplicado é que se parta para a pesquisa armado teoricamente, visto que a construção do objeto científico é da ordem do racional, o que não significa determinação desta última dimensão sobre o real, senão seria uma volta à velha discussão entre racionalismo e empirismo.

Dessa forma, o racionalismo aplicado propõe uma inversão da vetorização epistemológica, ou seja, ao invés do vetor se dar do real para o racional, faz-se do racional para o real, que muito bem pode ser resumido na assertiva saussureana de que o ponto de vista cria o objeto, que nada mais é do que a atitude de um olhar organizado a partir de instrumentos racionalmente elaborados, posto que como diz Bourdieu,

(...) no hay que olvidar que lo real no tiene la iniciativa puesto que sólo puede responder si se lo interroga (...)

(Bourdieu 1973:54),

muito antes Poincaré já afirmara que os fatos não falam por si só, ou seja, os fatos só falam mediante um questionamento prévio, sendo

que quanto mais elaborado o questionamento, quanto mais problematizado, maior a possibilidade de compreensão daquilo que é perseguido. Quanto maior a problematização, maior a possibilidade de penetração na estrutura do objeto proposto para estudo.

Por outro lado, a falta de um diálogo entre esses planos complementares-- teórico e empírico--, isto é, sua dicotomização, pode levar a um problema crucial, ou seja, o de uma percepção unilateral do real, ou, em última instância, a um puro maniqueísmo mental, um vício intolerável que instaura um distanciamento ou uma desvirtualização do real, ao invés de uma aproximação.

A visão revolucionária do racionalismo aplicado está em romper com a velha dicotomia entre racionalismo e empirismo, as estéreis discussões sobre qual desses planos determina o conhecimento, ou seja, a busca de uma origem, além disso instaura uma nova perspectiva de aproximação do real, cuja base é uma organização racional da experiência.

Segundo Bachelard (1977:8), a perspectiva teórica situa o fato experimental onde ele deve estar. O que ele propõe é um racionalismo concreto, solidário com as experiências particulares e precisas. Para ele, nada de racionalismo abstrato, universal, sem base empírica. Por outro lado, Bachelard observa que todas as filosofias do conhecimento científico, como o idealismo, o positivismo, o realismo etc., se organizam a partir do racionalismo aplicado. Neste caso, esta categoria se caracteriza como posição convergente de todas as outras (Idem:11).

Assim, Bachelard insiste no fato de que a ciência deve se instalar na posição central do racionalismo aplicado a fim de trabalhar para instituir para o pensamento científico uma filosofia específica (Ibid).

Por outro lado, ao tomar a proposta bachelardiana como base para discutir a construção do objeto científico, Bourdieu parte do pressuposto de que o fazer científico é algo unitário, processual, no qual as diversas fases da pesquisa não podem ser vistas a partir de um plano de sucessividade, mas sim de inter-relacionamento entre as várias etapas. Daí a impossibilidade de se tratar o teórico e empírico como partes dicotômicas.

Para Bourdieu (1973:83-4), a pesquisa científica vista como

algo sucessivo deixa escapar à ordem lógica dos atos epistemológicos: ruptura, construção, prova de fatos, que não se reduz à ordem cronológica de operações concretas da investigação.

Segundo Bourdieu, dizer que o fato científico se conquista, se constrói e se comprova, não significa dizer que a cada um destes atos correspondem operações sucessivas (Idem:84). O que persiste para ele na pesquisa científica é o encadeamento de operações epistemologicamente qualificadas, e não uma enumeração de tarefas delimitadas segundo a lógica da divisão burocrática do trabalho (Idem). Conceber o fazer científico a partir de uma sucessão de fases nada mais é do que conceber as diversas etapas da pesquisa como coisas estanques. A pesquisa científica deve ser vista enquanto processo no qual as diversas fases dialogam contínua e constantemente umas com as outras.

Para Bourdieu, o racionalismo aplicado rompe com a epistemologia espontânea, fundamentalmente, quando inverte a relação entre teoria e experiência. O que está na base do fazer científico são os princípios teóricos que estão em jogo em qualquer tentativa de aproximação do real, sendo que a comprovação serve para corroborar aquilo que foi estruturado teoricamente. O cientista, neste caso, trabalha sob a forma de puzzles, de quebra-cabeças, montando e desmontando, organizando e reorganizando seu objeto, até chegar a um ponto final, este determinado pelo próprio pesquisador, já que toda conclusão em ciência é provisória, condição de possibilidade de desenvolvimento do pensamento científico. Ou seja, o desenvolvimento do pensamento científico é condicionado por sua insuficiência em dar respostas definitivas.

Neste sentido, Bourdieu observa que só a experiência rigorosa como "razão confirmada" pode atestar o valor explicativo e o poder dedutivo da teoria, isto é, estabelecer sua capacidade de gerar um campo sistemático de proposições passíveis de encontrar confirmação ou invalidação na prova dos fatos. Isto resume a proposta do racionalismo aplicado, isto é, o diálogo entre teoria e experiência.

Dessa forma, a ciência como corpus de conhecimento que se propõe a uma aproximação do real, como quer Bachelard, só pode se fundamentar enquanto um discurso construído a partir de um

diálogo constante entre uma discussão teórica e aquilo sobre o qual se debruça tal discussão, ou seja, entre uma atitude mental organizada e o real que se põe diante dos olhos, que só pode ser incorporado, desembaraçado a partir de uma profunda reflexão construída passo-a-passo sob a forma de uma redobrada vigilância. Metaforicamente, o cientista teria de ser um soldado bem armado e sempre vigilante, à espera do contingencial e do necessário. Em síntese, a pesquisa científica pode ser aproximada àquilo que Foucault propõe,

(...) colocar de frente, umas das outras, as palavras e as coisas (...)
(Foucault 1966:9),

que são, de fato, mundos diferentes, mas não excludentes, não detentores de uma ruptura abismal, e sim complementares, passíveis de um diálogo, visto que, como diz Marx,

(...) *El sujeto real mantiene, antes como después, su autonomia fuera da mente (...)*
(Marx apud Bourdieu 1973:61),

ou como observa Geertz, que está bastante claro que o mundo físico não é a Física e que "A Skeleton Key to Finnegans Wake" não é o "Finnegans Wake" (Geertz 1978:25).

Rodrigues explicita também tal raciocínio ao afirmar que,

(...) *Os homens quando pensam o mundo, fazem-no por meio de categorias intelectuais. Idéias, noções, conceitos, teorias, são ferramentas cognitivas, por meio das quais se fragmenta o mundo e se estabelecem relações entre domínios resultantes da fragmentação. Por definição, e sob pena de se tornar rigorosamente inútil, o pensamento não se confunde com o 'real', com o mundo 'objetivo', com as coisas quais 'realmente' são. Se fosse mera redundância do que lhe é exterior, que sentido teria aquilo que povoa os cérebros humanos(...). (1989:63).*

Entretanto, é nesta perspectiva que o real se nos apresenta, e só nessa condição, nessa distância, mas, ao mesmo tempo, proximidade, vista que não há uma ruptura abismal entre aquele que vê e aquilo que é visto, que podemos nos aproximar do real e construí-lo sob a forma de objeto passível de ser partilhado pelas mais diversas subjetividades, de possuí-lo enquanto nosso e ao mesmo tempo dos outros, ainda que no fundo tudo pareça se resumir em mito, ficção ou dogma, dado que o real é da ordem do inalcançável, ou seja, nenhuma subjetividade podendo concebê-lo em sua totalidade.

Por fim, se a ciência só pode ser concebida como discurso, como um corpo de conhecimento que se estrutura a partir da linguagem, não podemos negar que tal discurso se constrói tendo como base o mundo real, sendo as representações que elaboramos sobre o mundo apenas aproximações.

Contudo, apesar do discurso sobre o real ser de uma ordem e o real de outra, os dois planos não podem ser admitidos como excludentes, mas sim como complementares. Do real à realidade, ou seja, construímos a realidade tendo como fundamentação o real, pois este último já existe antes de nós. O real existe, a realidade é construída. Eis a condição de possibilidade de estruturação do próprio discurso científico, ou seja, o debruçar sobre o real armado com um texto racionalmente organizado, para assim construir a realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, Gaston. **O Racionalismo Aplicado**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BOURDIEU, Pierre et alli. **El Oficio de Sociólogo**. Madrid: Siglo Vinteuno Editores, 1973.

CAPRA, Fritjof. **Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 1993.

FOUCAULT, Michel. As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas. Lisboa: Portugália, 1966.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

RODRIGUES, José Carlos. Antropologia e Comunicação: Princípios Radicais. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.



BOA VISTA - ESPAÇO URBANO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Paulo Rogério de Freitas Silva *

Quando se tenta trabalhar o aspecto urbano da Amazônia, destacando-se o surgimento, o crescimento e a organização espacial das cidades, bem como a situação sócio-econômica da população em foco, não se pode fazer generalizações para todo o espaço regional, já que ocorrem particularidades decorrentes de fatores históricos e naturais que influenciam no processo local.

Deve-se considerar influências desde a época da colonização, pois a Amazônia sofreu um processo de ocupação diferenciado, decorrente de interesses políticos, religiosos e econômicos que precisam ser considerados se se quer realizar uma periodização desse processo.

Na Amazônia, a influência do tempo varia muito de um espaço urbano para outro. Alguns espaços reproduzem a influência de vários momentos históricos, enquanto em outros se detém a influência de momentos presentes.

Segundo Corrêa (1939, 40), na Amazônia a diferenciação de tempos espaciais é muito marcante no âmbito da rede urbana. Tão marcante que se pode falar em segmentos "velhos", que possuem um tempo espacial longo, e segmentos "novos", como exemplifica-se com as cidades ribeirinhas, de um lado, e as cidades e os embriões urbanos que surgiram recentemente ao longo dos grandes eixos rodoviários que rasgaram a Amazônia.

Ainda segundo Corrêa (1939, 43), a rede urbana amazônica passou por um processo de elaboração. Mesmo considerando algumas dificuldades de operacionalizar os dados necessários ou os elementos básicos, o referido autor realizou uma periodização baseada em sete momentos históricos ocorridos na Amazônia.

O primeiro período foi a implantação do Forte do

* Professor Assistente do Departamento de Geociências da UFRR.

Presépio, na Foz do rio Amazonas, que originou a cidade de Belém. O espaço era estratégico para defender a Amazônia das invasões de franceses, ingleses, holandeses, entre outros.

Do século XVII à metade do século XVIII aconteceu a expansão dos fortes, para o interior da Amazônia. Foram criadas aldeias missionárias, embriões de futuras cidades da Amazônia. O objetivo estava relacionado à necessidade de comercialização por Portugal das "drogas do sertão" existentes na Amazônia para abastecer o mercado europeu, já que o país havia perdido o mercado produtor de especiaria do Oriente.

A companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão contribuiu para o desenvolvimento da vida econômica e urbana na Amazônia da segunda metade do século XVIII ao final dos anos 70 do mesmo século. A rede urbana era considerada embrionária e passou nesse momento por um desenvolvimento maior. A influência da companhia introduziu uma diferenciação através das funções urbanas das cidades.

Do final do século XVIII à metade do século XIX, foi um período de estagnação econômica que afetou o desenvolvimento urbano na Amazônia. Pode-se citar como principais responsáveis a extinção da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e do não favorecimento dos produtos tropicais no mercado mundial.

Pode-se considerar o período da metade do século XIX ao final da Primeira Guerra Mundial, como um tempo de expansão e riqueza urbana devido à influência do ciclo da borracha que vivia momentos áureos.

No século XX, de 1920 a 1960, a Amazônia viveu um período de estagnação do crescimento dos centros urbanos, devido à crise da borracha e atualmente vive-se um momento de mudança no desenvolvimento urbano que se estende desde a década de 60.

Com relação a Roraima, a penetração do homem branco deu-se mais fortemente no início do século XVIII, através das tropas de resgate que visavam ampliar o tráfico de índios.

Roraima teve o seu processo de ocupação ordenado na segunda metade do século XVIII, com a tomada de posse de suas terras pelos portugueses. A partir daí começou a instalar-se

postos de vigilância e missões religiosas no baixo rio Branco. Nesse período, não existia nenhum tipo de acesso a essa região que não fosse pelo rio Branco, acesso esse que dificultava a chegada de qualquer colonizador com o intuito de habitar esta imensa área desocupada. Em 1775, iniciou-se a construção do Forte São Joaquim do Rio Branco pelo então Capitão Engenheiro Philipp Sturm, no ponto mais estratégico da região: confluência dos rios Uraricoera com o Tacutu. A fixação do homem branco foi deflagrada pela fundação desse forte, como também, devido à implantação das "fazendas nacionais" pertencentes à coroa portuguesa.

A ocupação de Roraima deu-se de acordo com a necessidade de resguardar e proteger o imenso território, na época ainda não integrado social e economicamente ao resto do país.

Em 1830, Inácio Lopes de Magalhães implanta a primeira fazenda particular de gado na região. A fazenda, denominada Boa Vista, deu início ao povoamento da área.

No final do século XIX e princípio do século XX, a área restrita ao rio Branco passava por uma fase de estagnação no avanço da frente de ocupação humana e do crescimento econômico causado pelo precário sistema de transporte, realizado apenas por via fluvial. Ainda assim, com a finalidade de ocupar suas imensas áreas desocupadas, as áreas circunvizinhas a Boa Vista do Rio Branco passaram a receber, neste período, os antigos trabalhadores dos seringais e camponeses descapitalizados.

Em 1858, o Governo Imperial cria a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, pertencente ao Estado do Amazonas, que passou à categoria de município de Boa Vista do Rio Branco em 09 de julho de 1890. Em 1926, Boa Vista do Rio Branco é elevada à condição de cidade e, em 1938, passou a ser denominada apenas como Boa Vista.

Em 1924, segundo Rice (Barros, 1995, 150), a cidade concentrava-se nas margens do rio Branco, sendo formada basicamente por três ruas, nas quais se encontravam as residências e o comércio, os edifícios públicos, o templo

católico. Também, segundo alguns moradores da cidade, havia alguns poucos serviços necessários à população.

De acordo com Barros (1995, 150), a localização desse núcleo urbano primitivo derivou da estreita dependência do povoamento pecuário à navegação pelo rio Branco.

A cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, possui uma localização geográfica pós-floresta amazônica (com relação ao restante do Brasil), ilhada por rios, matas e fronteiras internacionais, proporcionando individualidades que devem ser consideradas.

A cidade localiza-se às margens do rio Branco, principal afluente da margem esquerda do rio Negro, com uma população de 154.116 habitantes, abrigando 62,24% da população do estado, segundo dados do IBGE, 1996. O seu aumento populacional deu-se em um curto período de tempo, considerando que em 1970 a cidade possuía apenas 16.727 pessoas, passando para 43.016 habitantes em 1980 e 118.926 habitantes em 1991. Observa-se que em apenas trinta e um anos a população se multiplicou. Isso aconteceu em decorrência do processo migratório, e não devido às taxas de crescimento natural. Dos municípios que compõem o Estado, Boa Vista é o mais povoado, mostrando o elevado nível de concentração populacional no estado, que aglutina em seu espaço serviços, comércio e indústrias não disponíveis nos demais centros urbanos roraimenses. Através desses aspectos, a cidade passou a ser o maior receptor de migrantes motivados pela oportunidade de trabalho.

Segundo Barros (1995, 148), Boa Vista por seu turno, em comparação com outras cidades brasileiras capitais, apresenta dimensões modestas. Contudo sua função como ex-capital do Território Federal (em situação de foreword city) e atual capital do Estado de Roraima, confere-lhe uma elevada importância como centro das funções administrativas para toda uma ampla hinterlândia que é a fronteira mais setentrional do Brasil, e que depende dela quase exclusivamente.

Essa forte corrente migratória, que se instalou em Boa Vista nos últimos anos, vem provocando um aumento no desemprego, como também o surgimento de subempregos. É que a cidade não oferece condições para atender às necessidades do mercado de trabalho, pois, a oferta de emprego é pequena para absorver a demanda dessa população. O setor público é o maior agente empregador do Estado e não tem condições de absorver todo o contingente de mão-de-obra ofertada.

A cidade, devido ao fluxo migratório, vem tendo um crescimento urbano acelerado e desordenado, ocasionando o surgimento de aglomerados em forma de bairros sem a mínima infra-estrutura básica. No espaço urbano de Boa Vista encontram-se alguns tipos de moradias denominadas "estâncias" (tipo de condomínio), onde parte da população recém-chegada permanece. As estâncias são construções ao estilo de quitinetes, com preço acessível para pessoas de baixo poder aquisitivo. A população que se encontra fora do mercado de trabalho, recorre às atividades alternativas como a economia informal.

Há cinquenta e um anos atrás, no ano de 1946 iniciou-se o processo de ordenação urbana de Boa Vista, assemelhando-se, segundo Campos Filho (1992, 91 in: Barros, 1995, 151), ao modelo de cidade-jardim de Howard, de 1900, em sua concepção mais geral, e seccionado o plano ao meio. Da ampla praça circular partem as radiais para o norte, oeste e sul; são ruas e avenidas largas, e, em algumas, nota-se a existência de canteiros centrais.

Segundo moradores, questionados com relação à expansão da cidade, principalmente para o oeste, esses lembram que ela permaneceu até a década de 80 restrita, em parte, ao traçado organizado a partir de 1946. Além disso, lembram-se do surgimento do bairro Mecejana e, depois, de sua expansão até a avenida Venezuela. Devido a alguns aspectos, tais como a atividade garimpeira e o deslocamento de grupos indígenas para a cidade, o espaço urbano expandiu-se além da avenida Venezuela, provocando o aparecimento de outros bairros, tais como: Bunitis, Aça Branca, Pricumã, Cambará, como também o bairro 13 de setembro na zona Sul, entre outros. Esses bairros

passaram a não obedecer ao traçado circular, surgindo assim espaços secundários na cidade.

O deslocamento dos índios é bastante discutido entre as organizações indígenas, através de seus líderes que questionam o descaso dos governantes. Eles destacam o fato de o migrante sofrer desigualdade no processo de adaptação em seu novo "habitat", pois, são tratados pelos "brancos" de forma preconceituosa, não tendo seus valores culturais e morais respeitados.

Esse grupo de migrantes, ao chegar à cidade, geralmente fixam moradia nos bairros periféricos, conduzidos pela situação econômica em que vivem. Na década de 80 era visível a predominância de índios residindo nos bairros 13 de Setembro, São Vicente e Asa Branca.

A cidade de Boa Vista, pouco conhecida pela maioria dos brasileiros, possui muitos admiradores, entre esses destacam-se os que falam que Oscar Niemeyer sonhou com Boa Vista e suas largas avenidas pouco antes de projetar Brasília. Segundo relatos: "Se a vida imita a arte ou não, não há como negar que existem pontos comuns entre as duas cidades".

A cidade tenta moldar-se ao crescimento muito acelerado que desorganiza o seu traçado e lança-lhes desafios para um futuro bem próximo. A infra-estrutura existente tenta acompanhar a demanda da população residente. Há um fluxo permanente de entrada e saída de pessoas na cidade, condicionando um comportamento diferenciado de uma população permanente e flutuante, antiga e recente, que ocupa uma pequena cidade, levando-se em consideração os grandes centros urbanos brasileiros, mas com estilo, comportamento e necessidades as mais variadas possíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Manuel Correia de. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco - Editora Massangana, 1984.

BARROS, Nilson Cortez Crócia de. Roraima Paisagens e tempo na Amazônia Setentrional. Recife: Editora Universitária, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana in Revista Brasileira de Geografia/ fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ano 1, n. 1 (1939, jan. / mar.) - Rio de Janeiro: IBGE, 1939.

MIRANDA NETO, Manoel José de. O Enigma Amazônia; desafio ao futuro. Belém: CEJUP, 1991.

TENDÊNCIAS MIGRATÓRIAS ATUAIS DE RORAIMA

Alexandre Diniz*

O crescimento populacional de Roraima tem-se processado de maneira vertiginosa. Só na década de 1980, Roraima teve um aumento médio anual de 10,64%, constituindo-se no estado de maior crescimento demográfico do país. Neste mesmo período, a população do estado quase triplicou indo de 79.159 em 1980 para 217.583 em 1991 (IBGE, 1992). Apesar de altas taxas de natalidade, este aumento foi fomentado principalmente pelas migrações interestaduais.

Entretanto, a experiência migratória de Roraima teve um caráter paradoxal. Enquanto os principais atrativos migratórios estavam relacionados a atividades rurais (garimpos e as colônias agrícolas), a grande maioria dos migrantes se direcionou para as áreas urbanas do estado. De um total de 217.583 indivíduos residentes em Roraima em 1991, 140.818 (64,72%) viviam em centros urbanos, especialmente na cidade de Boa Vista (IBGE, 1992).

Buscando melhor compreender a natureza dos movimentos migratórios para o estado, o autor realizou uma pesquisa junto aos migrantes em Boa Vista em 1993. Diniz (1997) demonstrou a presença de massivos movimentos intra-estaduais entre os dois principais grupos migratórios. Os peripatéticos garimpeiros tendiam a estabelecer residência em Boa Vista e circular entre casa e garimpo repetidas vezes, explicando em parte a discrepância entre a ruralidade da atividade e a concentração populacional no âmbito urbano. Em contrapartida, os colonos agrícolas demonstram uma tendência a migrar por etapas. Em uma primeira fase, estes indivíduos se assentam nas áreas rurais do estado, em resposta aos projetos de colonização, e eventualmente migram para Boa Vista. Os colonos apontam a falta de infra-estrutura dos projetos de colonização, a pobreza dos solos, a incidência de doenças e a incapacidade de

* Professor do Departamento de Geociências da UFRR, Doutorando pela Universidade Estadual do Arizona.

competirem comercialmente com os produtores mais capitalizados do estado como os principais motivos para os movimentos campo- cidade.

Em função das altas taxas de crescimento populacional, características dos anos 1980, esperava-se que a população residente de Roraima chegasse a 400 mil habitantes já no ano 2000 (FECOR, 1997). Entretanto esta expectativa caiu para 296 mil habitantes, 26% a menos do que o anteriormente previsto. O fechamento dos garimpos e as demarcações das áreas indígenas tiveram um impacto decisivo no crescimento populacional, ocasionando uma queda significativa nos níveis de crescimento e um refluxo migratório significante. Para se ter uma idéia da magnitude da atividade e do impacto que o fechamento dos garimpos teve, é importante lembrar que o número de indivíduos trabalhando diretamente na atividade em fins dos anos 1980 foi estimado em 40.000. Isso sem contar as pessoas empregadas em atividades de suporte ao garimpo como aviação, manutenção de equipamentos, alimentos, etc. (MacMillan, 1995).

Em decorrência do arrefecimento da atividade garimpeira, a população de Roraima cresceu mais lentamente no quinquênio 1991-1996, quando sofreu um acréscimo médio anual de 3,29%, contrastando com os 10,64% experimentados⁵ no decênio 1980-1991. A tendência à urbanização se faz ainda mais marcante entre 1991-1996, quando a população rural do estado cresceu negativamente em função da nova divisão territorial dos municípios e também dos movimentos campo-cidade (-5,94% ao ano), enquanto a população urbana continuou sua tendência expansionista (7,44% ao ano). Estes fatos culminaram com uma diferença ainda maior entre a população urbana e rural. Do total de 247.699 pessoas que habitavam o Estado em 1996, 187.604 se encontravam em áreas urbanas (75,74%), enquanto que apenas 60.095 viviam no meio rural (24,26%).

A urbanização de Roraima não é um fenômeno isolado, mas parte de um movimento generalizado para as cidades Amazônicas documentados em vários estudos (Aragón, 1980 e 1983; Mougeot, 1983 e 1986; Mougeot e Aragón, 1983; Sawyer, 1987 e 1989; Browder e Godfrey, 1990; Sawyer e

Carvalho, 1986; Godfrey, 1990 e 1992). Um grupo de cientistas defende a tese de que o desenvolvimento e a penetração do modo de produção capitalista são as maiores forças por traz da urbanização da Amazônia (Martin, 1975; Foweraker, 1981; Godfrey, 1990; Browder e Godfrey, 1990). Eles explicam o desenvolvimento das áreas de fronteira como um fenômeno caracterizado por várias fases. No processo, as economias atrasadas e isoladas são gradualmente absorvidas pela economia nacional e as sociedades pré-capitalistas transformadas em sociedades capitalistas. Uma característica inerente ao trabalho destes autores é o fato de que eles entendem a ocupação de áreas remotas na região Amazônica como sendo fomentada inicialmente pela exploração de recursos naturais e pela colonização. Estas atividades atraem vasto número de indivíduos que produzem essencialmente para o sustento próprio em micro-propriedades. A melhoria da infra-estrutura destes locais favorece a penetração e a expansão do modo de produção capitalista, que tende a desbancar os antigos modos de produção. As pequenas propriedades aglutinam-se em latifúndios e o gado toma o lugar do antigo colono que é forçado a migrar para as cidades ou outras áreas de colonização.

Como os dados relativos às migrações colhidos no censo de 1991 são limitados e já se encontram ultrapassados, somos obrigados a utilizar fontes alternativas de informação para analisarmos as tendências atuais. A Divisão de Apoio ao Migrante da SETRABES (Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social) coleta dados relativos as entradas e saídas de migrantes no estado em um posto de triagem localizado na Vila de Jundiá, junto à BR-174. Neste levantamento, são excluídas as pessoas que entram ou saem do estado por via aérea e fluvial, ou por via terrestre pelas fronteiras internacionais. Entretanto, como o contingente mais expressivo dos migrantes entram ou deixam o estado através da BR 174, os dados levantados pela SETRABES merecem atenção.

De acordo com a SETRABES entre Janeiro e Setembro de 1997 chegaram ao Estado 6.919 migrantes, dos quais 4.505 (65.15%) foram indivíduos do sexo masculino, e 2.410 (34.85%)

do sexo feminino. Esta diferença entre os sexos é fenômeno bastante comum nas áreas de fronteira em função da falta generalizada de infra-estrutura e das dificuldades associadas às atividades primárias. Estas correntes migratorias recentes são marcadas pela forte presença de indivíduos adultos, 4.839 migrantes maiores de 18 anos, contra 2.077 menores. Estes dados sugerem que os migrantes recentes são indivíduos que se mudam individualmente, ou quando em conjunto possuem famílias com pouco número de crianças. Estas tendências corroboram com as leis das migrações elaboradas por Raveinstein (1885 e 1889), que sugere que os migrantes que cruzam longas distâncias tendem a ser jovens indivíduos do sexo masculino que se mudam individualmente.

No geral os migrantes de Roraima têm baixos níveis educacionais. A grande maioria (59.16%) não possui sequer o primeiro grau completo, enquanto que mais de 11% dos indivíduos catalogados pela SETRABES são analfabetos. A SETRABES não coleta dados a respeito da origem dos migrantes, mas simplesmente da procedência. Estes dados confirmam a forte presença das migrações internas no interior da região Amazônica. Dos migrantes que chegaram ao Estado de Janeiro a Setembro de 1997, 1448 (20.93%) procederam do estado do Amazonas, enquanto outros 2,296 (33.19%) chegaram do Pará. Em contrapartida o maior contingente migratório originou-se no estado do Maranhão, de onde 2,312 (33.42%) dos indivíduos vieram.

Em termos de municípios de destino, Boa Vista tem a maior preferência entre os migrantes recentes. Quase 90% dos migrantes entrevistados (6089) se dirigiam a Boa Vista, enquanto que os outros 14 municípios dividiram a preferência dos demais migrantes. É importante ressaltar que entre os migrantes que se destinam a Boa Vista estão aqueles que realmente almejam viver na capital e aqueles que buscam lotes de terra no interior do estado. Em função da presença dos dois órgãos responsáveis pela regulamentação e distribuição de lotes nos projetos de colonização (INCRA e ITERAIMA) na capital, os migrantes se instalam temporariamente em Boa Vista até conseguirem acesso

aos lotes que buscam junto a estes órgãos e eventualmente se mudam para o interior do estado .

Uma outra importante tendência nas mobilidades de Roraima é o fenômeno das residências múltiplas. Dados preliminares de uma pesquisa realizada pelo autor nos projetos de colonização das Confiança I, II e III, município do Cantá, atestam este fato. Não são raros os colonos que possuem além de um lote nas várias vicinais, uma casa nas vilas locais e outra na sede do município ou até mesmo em Boa Vista. Estes indivíduos circulam regularmente entre as várias residências, buscando com esta estratégia de sobrevivência atender às necessidades econômicas e pessoais dos vários membros da família. Neste âmbito é comum a esposa e os filhos mais novos se fixarem nos locais mais urbanizados em função da presença de escolas e outros serviços, enquanto o chefe de família junto com os filhos mais velhos passam mais tempo nos lotes.

Outra estratégia muito comum adotada pelos colonos é a migração sazonal para as cidades. Estas mudanças sazonais, efetuadas tanto por indivíduos quanto por famílias inteiras, são geralmente associadas aos períodos ociosos da atividade agrícola. Durante estes períodos os colonos buscam emprego temporário em Boa Vista, executando uma miríade de atividades tanto na economia formal quanto na informal.

Quando inquiridos sobre a principal motivação para a migração para Roraima, os migrantes catalogados pelo SETRABES citaram a esperança de emprego (41% dos migrantes) e a busca de melhores condições de vida (59%) como os principais motivos para a vinda para o estado. É difícil precisar o potencial que Roraima oferece à materialização das aspirações dos migrantes. Esta tarefa torna-se ainda mais difícil face à subjetividade intrínseca à expressão "melhores condições de vida" e à ausência de dados concretos recentes sobre o nível de oferta de emprego no estado. Entretanto Roraima está longe de ser a panacéia dos migrantes. No âmbito urbano, o crescimento das atividades informais e do número de pedintes, a escalada da violência e da ação das gangs, a falta de estrutura generalizada das periferias, e a letargia das indústrias sugerem a

existência de falhas estruturais que comprometem o sucesso dos migrantes. No âmbito rural a pobreza dos solos, a incidência de malária e outras doenças tropicais, o fechamento da fronteira agrícola, as perenes dificuldades de transporte e as restrições à atividade garimpeira, dificultam sobremaneira a materialização dos objetivos dos migrantes.

O número de migrantes que hoje chega a Roraima é bem mais baixo do que no início da década. Com base nos dados do SETRABES, devem dar entrada em Roraima no ano de 1997 uma faixa de dez mil novos moradores. Entretanto tendo-se em vista os problemas estruturais e sociais descritos acima, além dos baixíssimos níveis educacionais exibidos pelos que aqui chegam, este "modesto" crescimento não deixa de ser preocupante. Afinal de contas, serão mais 10,000 pessoas competindo pelos poucos recursos e oportunidades que o estado hoje oferece. Torna-se imperativo a revisão das políticas pró-migratórias exercidas pelo estado, pois um acréscimo desordenado da população poderá agravar ainda mais a situação sócio-econômica de Roraima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAGÓN, Luís. **Mobilidade dos Migrantes no Norte de Goiás**. Seminário promovido pelo Setor de Pesquisa (SEPEQ) do NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) em 31 de agosto de 1978. Série Seminários e Debates, # 4. Belém: NAEA, 1980.

ARAGÓN, Luís. **Mobilidade Geográfica e Ocupacional no Norte de Goiás: Um Exemplo de Migração por Sobrevivência**. In: **O Despovoamento do Território Amazônico: contribuições para sua interpretação**. Mougeot, L. e Aragón, L. (Editores.) p. 91-122. Belém: UFPA/NAEA, 1983.

BOWDER, John. and GODFREY, Brian. **Frontier Urbanization in the Brazilian Amazon: A Theoretical Framework for**

- Urban Transition. **Yearbook, Conference of Latin American Geographers**, 16: 56-66, 1990.
- DINIZ, Alexandre. Occupation and Urbanization of Roraima State, Brazil. **Yearbook, Conference of Latin Americanist Geographers**, Vol. 23, pp. 51-62, 1997.
- FECOR, Federação do Comércio de Roraima. **Roraima, 1996: Economia e Mercado**. Boa Vista, Confederação Nacional do Comércio, 1997.
- FLOWERAKER, Joseph. **The Struggle for Land**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- GODFREY, Brian. Boom Towns of the Amazon. **The Geographical Review**. Vol. 80 (2) p. 103-117, 1990.
- GODFREY, Brian. Migration to the Gold-Mining Frontier in Brazilian Amazonia. **The Geographical Review** .Vol. 82 (4) p. 458-469, 1992.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1991**, N° 5. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1992.
- MACMILLAN, Gordon. **At the End of the Rainbow? Gold, Land and People in the Brazilian Amazon**. London, Earthscan Publications LTD, 1995.
- MARTINS, José. **Frente Pioneira: Contribuição para uma Caracterização Sociológica, in Capitalismo e Tradicionalismo** pp. 43-5. Editor- Otávio Velho. São Paulo, Editora Pioneira, 1975.
- MOUGEOT, Luc. Retenção Migratória das Cidades Pequenas, nas Frentes Amazônicas de Expansão: Um Modelo Interpretativo. Em **O Despovoamento do Território**

Amazônico: Contribuições Para Sua Interpretação.
Mougeot, L. e Aragon, L. (Editores.) p. 123-146 . Belém:
UFPA/NAEA, 1983.

MOUGEOT, Luc. A Recente Ocupação Humana da Região
Amazônica: Causas, Durabilidade e Utilidade Social. Em
**Migrações Internas na Amazônia: Contribuições
Teóricas e Metodológicas.** Aragon, L e Mougeot, L.
(Editores) p. 17-53. Belém:UFPA, NAEA, CNPq, 1986.

MOUGEOT, Luc. e ARAGÓN, L. (Editores.). **O
Despovoamento do Território Amazônico: Contribuições
Para Sua Interpretação.** Introdução, p. 9-26. Belém:
UFPA/NAEA, 1983.

RAVENSTEIN, Ernest. The Laws of Migration. **Journal of the
Royal Statistical Society**, 48: 167-277, 1885.

RAVENSTEIN, Ernest. The Laws of Migration. **Journal of the
Royal Statistical Society**, 52: 241-302, 1889.

**SAWYER, Donald. Urbanização da Fronteira Agrícola no
Brasil.** In: A Urbanização da Fronteira. Lavinás, Lena
(Editor). Séries Monográficas #5, Volume 1. p. 43-60 . Rio
de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1987.

SAWYER, Donald. **Urbanization of the Brazilian Frontier.**
Presented in a Seminar on Urbanization in Large Developing
Countries, IUSSP and Gujarat Institute of Area Planning,
Ahmedabad, India, 28 th of September to October 1st, 1989.

SAWYER, Diana. e CARVALHO, J. Os Migrantes em Rio
Branco, Acre: Uma Análise a Partir de Dados Primários. Em
**Migrações Internas na Amazônia: Contribuições
Teóricas e Metodológicas.** Aragón, L e Mougeot, L.
(Editores) p. 112-147. Belém: UFPA, NAEA, CNPq, 1986.

A INCORPORAÇÃO DE RELATOS ORAIS COMO FONTES NA PESQUISA HISTÓRICA

Carla Monteiro de Souza*

Em todos os tempos existem homens, eles existem no seu tempo e continuarão a existir enquanto alguém contar a sua história.¹

Esse estudo tem por objetivo realizar uma breve discussão a respeito do uso da história oral enquanto técnica, bem como procura salientar a incorporação dos depoimentos orais como fontes de pesquisa, tomando por base algumas experiências práticas vivenciadas ao longo da realização de pesquisa neste campo.

Recorrer a relatos orais não é um expediente novo na história da humanidade. Desde os primórdios o homem se utiliza de relatos orais para “expressar o legado de seus antepassados ou simplesmente proteger do esquecimento os eventos mais recentes”, tendo o relato oral “raízes na própria natureza do homem”. (IGLESIAS, 1984:59)

No nosso século, a difusão das experiências relacionadas à história oral estão ligadas a descoberta do gravador. Houve no início uma certa relutância na utilização desse tipo de fonte de pesquisa, considerada de “segunda classe”, carente de objetividade e muito mais sujeita a equívocos que as fontes tradicionais. A partir do pós-guerra a história oral ganha novo impulso com os trabalhos como os de Jan Vansina e John Fage, abrindo caminho para que em países como a Inglaterra e a Itália constituíssem importantes núcleos dedicados ao estudo e à prática de história oral. (THOMPSON, 1992) No Brasil as experiências nesse campo ainda são recentes, ressaltando-se o trabalho do

* Professora Assistente do Departamento de História da UFRR.

¹ HELLER, Agnes. *Uma Teoria da História*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1993. P. 13.

Centro de Pesquisa e Documentação da FGV.

Da fase das primeiras experiências até hoje muitos aspectos foram incorporados à utilização do depoimento oral, a fim de adequar seu uso aos rigores cientificistas. Desenvolveram-se novos procedimentos, formas e meios para a sua utilização. Nesse sentido, a ampliação do raio de ação da história oral intensificou as discussões no seguinte sentido: a história oral é uma metodologia ou uma técnica? A fim de contribuir para essa discussão, e por entendermos metodologia como um conjunto de procedimentos articulados, cujo fim é obter resultados confiáveis que nos permitam produzir conhecimento, para nós a história oral é uma técnica. Embora existam alguns procedimentos indispensáveis para a sua utilização, esses jamais se configuraram como um conjunto de normas rígido; cada objeto é um objeto, que comporta elementos e situações que podem ser previstos, mas também uma gama variada de fatores imprevisíveis e inusitados, relacionados principalmente ao campo das relações humanas.

Por outro lado, em virtude dessa sua natureza peculiar, a utilização da história oral "(...) não se reduz a simples técnica" a serviço do pesquisador; pois é um procedimento que deve ser muito bem definido tanto do ponto de vista metodológico quanto epistemológico. (FERNANDES, 1993:220) Dessa forma, a reflexão sobre todas as etapas da pesquisa - desde a estratégia para entrar em contato com os informantes até a finalização do trabalho com a transcrição das entrevistas e sua inserção como fonte - devem ser definidas de forma consciente e cuidadosa, porém deixando sempre um espaço para a surpresa e, até, para a improvisação.

Dentre as etapas que compõem a pesquisa oral três são básicas: a localização dos entrevistados, a realização da entrevista, incluindo a transcrição, e a etapa da abordagem e incorporação como fonte. As estratégias a serem traçadas dependem muito do objeto e dos objetivos de cada pesquisa, mas alguns elementos fundamentais devem ser observados em cada uma das etapas básicas.

Em primeiro lugar, na localização e acesso aos entrevistados vários são os recursos a serem usados, que vão desde registros civis em geral (certidões de nascimento e de casamento, contratos, listagens...) até a busca por meio de anúncios públicos, listas telefônicas ou o simples *boca a boca*. O recurso a ser utilizado vai depender do grupo que se deseja atingir. Weber sugere, que sendo esse grupo uma comunidade fechada, como por exemplo, no caso das instituições e dos moradores de determinado lugar, o pesquisador deve procurar obter contato e apoio de um "indivíduo-chave".(WEBER, 1996) Esse indivíduo possibilita um contato mais facilitado entre o pesquisador e seus entrevistados, pois é uma pessoa conhecida da comunidade.

A seleção dos entrevistados tem que ser meticulosa; deve-se refletir se o grupo disponível para a pesquisa é realmente representativo àquela realidade social que se deseja investigar. Uma boa maneira de conhecer os prováveis entrevistados é realizar uma amostra, estabelecendo um contato prévio informal com essa comunidade. Feita essa etapa, deve-se selecionar quem será um bom informante e qual o melhor instrumento (entrevistas abertas ou fechadas, história de vida etc.) a ser utilizado, em função do objetivo que se pretende alcançar. Além disso, deve-se explicar bem ao entrevistado a natureza do trabalho que será realizado, seus objetivos e que produto final se deseja alcançar, obtendo deste uma autorização por escrito para a utilização da sua entrevista.

A realização da entrevista exige muito do pesquisador, não só no aspecto material - deslocamentos, equipamentos etc. -, mas fundamentalmente do ponto de vista psicológico/afetivo. O trabalho de rememorar deve se estabelecer através do diálogo entre o entrevistador e o entrevistado, implicando "uma atitude de sensibilidade, afetividade e respeito para com o entrevistado. Implica, também, uma disponibilidade para a escuta paciente, para a reciprocidade, a troca, a *compreensão* do universo que o pesquisador se propõe a investigar".(FERNANDES,

1996:117)

Neste sentido, Montenegro sugere que a postura do entrevistador deve ser a de "parceiro das lembranças". Deve interferir toda a vez que algum aspecto da narrativa não lhe parecer claro ou quando alguma coisa chamar atenção. Deve também aprender a ouvir e respeitar o tempo e o silêncio do outro, pois "(...) diversas vezes o entrevistado se faz calado; no entanto percebe-se que são momentos de profunda introspeção".(MONTENEGRO, 1992:150)

Em relação a transcrição, é voz unânime entre os especialistas da área que esta se faça imediatamente após a realização da entrevista e que seja feita por pessoa diretamente envolvida no processo, prioritariamente o entrevistador. Toda entrevista é revestida de uma gama de detalhes: são sorrisos, lágrimas, gestos, reticências que devem ser anotadas pelo entrevistador. Importante também é incluir na transcrição dados importantes sobre o entrevistado, como idade, naturalidade/nacionalidade, sexo, profissão, estado civil, local de residência, etc.; deve-se também mencionar o local onde a entrevista foi realizada

A abordagem dos depoimentos orais e sua inclusão como fonte de pesquisa deve basear-se na afirmação de Garrido de que, para tal, é "(...) necessário implementar, colocar em prática, um método particular que permita obter o máximo de informação, o mais confiável possível". Trabalhar com fontes orais "(...) não pode significar a gravação de uma série de testemunhos, rapidamente, e depois, usá-los como citações".(GARRIDO, 1993:37)

Segundo o mesmo autor, para garantir a sua incorporação, sem prejuízo à cientificidade do trabalho, as fontes orais, como quaisquer outras fontes, também requerem uma aproximação crítica, e para tanto o trabalho do pesquisador deve estar norteado por "(...) dois procedimentos de caráter interativo : um com a documentação escrita existente, e o outro, com o resto do *corpus* dos documentos orais".(GARRIDO, 1993:38) Corroborando, Iglesias afirma que deve-se confrontar cada entrevista, não apenas às dos

outros entrevistados, mas também a outros tipos de documentação.(IGLESIAS, 1984)

Sendo assim, não se pode tomar tudo o que diz o entrevistado como a realidade histórica, na medida em que tudo o que é narrado passa pelo crivo da memória. Como afirma Le Goff "(...) a memória humana é particularmente instável e maleável"(LE GOFF,1994:468) e tomar tudo que é narrado *ao pé da letra*, significa subtrair um dos aspectos mais interessantes do uso das fontes orais, que é o contato com a experiência vivida subjetivamente e no grupo.

Nesse sentido é de fundamental importância recorrer a estudos acerca da questão da memória. Apesar de ser uma discussão intrincada envolvendo várias áreas do conhecimento, para os historiadores a discussão mais importante é aquela que dá conta da memória, não como local onde as experiências individuais, sociais e históricas estão armazenadas, mas enquanto instância produtora de significados e de representações, ou seja, memória conceituada como *fenômeno social*.

Nesse aspecto, Bosi afirma que tudo aquilo que está guardado na memória dos indivíduos e que vai ser lembrado, não é produto das relações adstritas ao mundo íntimo da pessoa, mas faz parte de "quadros sociais". A memória de um indivíduo é condicionada por "(...) seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão".(BOSI, 1995:54) Enfim, com os seus grupos de convívio e referência e com as instituições sociais.

A mesma autora ressalta que, "(...) lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com idéias e imagens de hoje, as experiências do passado." Nesse sentido, afirma que "memória é trabalho." Por isso é necessário duvidar da sobrevivência do passado "tal como foi", buscando na lembrança "(...) uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à disposição, no conjunto de representações que povoam a consciência atual".(BOSI, 1994:55)

A linguagem desempenha papel fundamental no processo de "trabalho" da memória. É ela o "instrumento

decisivamente socializador da memória”, sem a linguagem não existiria o contato entre o presente e o passado, entre o eu e o outro.(BOSI, 1994:68)

A capacidade de narrar difere de um entrevistado para o outro e está associada a duas ordens de fatores : a descritiva e a imaginária. Como afirma Fernandes, o ato de contar as experiências vividas, de narrar é, antes de mais nada, “a produção oral de um texto”, na qual “(...) intervêm uma série de mediações que imprimem sua própria lógica no processo de lembranças.” O conteúdo factual das lembranças se relaciona com a significação que lhe é atribuída, isto é, com o trabalho da memória que o transforma em função do tempo e do espaço e das situações de vida. Pode-se dizer, então, que a narrativa é dotada de objetividade, traduzida em termos subjetivos.(FERNANDES, 1993:220)

Em função disso, a utilização de fontes orais, implica o conhecimento, por parte do pesquisador, dos quadros sociais nos quais os relatos se pautaram. Assim como ter bastante clareza em relação aos objetivos que se deseja atingir e as situações que se pretende examinar. Em função disso, deve-se definir também esquemas explicativos que permitam abordar a situação enfocada, distinguindo-a e a tornando explicável, na medida em que essa aparece integrada nos relatos, principalmente quando é utilizada a técnica da entrevista livre ou da história de vida.

Portanto, frente aos horizontes abertos para a ciência histórica nos últimos cinquenta anos, que sugerem novos objetos, novas problemáticas e novas abordagens, consideramos que toda a reflexão acerca da história oral é mais que pertinente, é necessária.

Na afirmação de Paul Thompson “(...) a história oral implica, para a maioria dos tipos de história, uma certa mudança de enfoque, implica na abertura de novas áreas de investigação”.(THOMPSON, 1992:27) Ampliar a sua utilização contribui de forma decisiva para trazer para a pesquisa histórica as pessoas comuns, entendidas como “o cimento da sociedade”, como “a sociedade vivida, sentida e

experimentada".(DENZIN, 1984:32)

BIBLIOGRAFIA

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DENZIN, Norman K. **Interpretando as Vidas de Pessoas Comuns: Sartre, Heidegger e Faulkner**. DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro : Vol. 27, nº1, 1984.

FERNANDES, Maria Esther. **A história de vida como instrumento de capacitação da realidade social**. Revista História - UNESP. São Paulo, Vol. 12, 1993.

_____. **Para Além da Técnica: as fontes orais e a difícil "dialética dos saberes"**. Estudos de História. Franca 3(2) UNESP, 1996.

GARRIDO, Joan del Alcázar. **As fontes Oraís na Pesquisa Histórica: uma contribuição ao debate**. Revista Brasileira de História. São Paulo, Vol. 13, n. 25/26, Ago. 1993.

IGLESIAS, Esther. **Reflexões sobre o que fazer da história oral no mundo rural**. DADOS - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol. 27, n. 1. 1984.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: UNICAMP, 1994.

MONTENEGRO, Antonio T. **História Oral e Memória**. São Paulo: Contexto, 1992.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. P. 95.

WEBER, Regina. Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em história oral e ciências sociais. DADOS - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol. 39, n. 1, 1996.

TECNOLOGIA EDUCACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO ENSINO DE FÍSICA

Proposta metodológica para a Escola de Aplicação da
Universidade Federal de Roraima

Guido Nunes Lopes*

1. Introdução

A presente comunicação reflete os primeiros resultados (KALHIL et al, 1996a e 1996b; LOPES et alli, 1997) do grupo de pesquisa em Ensino de Física da Universidade Federal de Roraima (UFRR), cujos trabalhos iniciaram no segundo semestre do ano de 1996 concomitante, no Departamento de Física e na Escola de Aplicação da referida instituição.

Apresenta-se um breve sumário dos procedimentos metodológicos quanto ao desenvolvimento de Tecnologias Educacionais de Humanização do Ensino de Física. Os passos metodológicos foram elaborados, num contexto transdisciplinar oriundo da interação triplíce : **Educação** ↔ **Física** ↔ **Psicologia**, objetivando a estruturação de uma linguagem comum às três áreas supracitadas e fundamentados no emergente Paradigma Holográfico de David Bohm (BOHM, 1971; 1973 e 1980) e Karl Pribram (PRIBRAM, 1971, 1975-7 e 1979).

A presente proposta é alternativa ao modelo padrão de pesquisa na Prática de Ensino de Física (DE CARVALHO, 1985 e 1988), fundamentado no paradigma mecanicista newtoniano-cartesiano, cuja ênfase recai no estágio supervisionado. A Dr^a. Anna Maria Pessoa de Carvalho, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, expressa o modelo padrão da seguinte forma:

(...) Este conceito, estágio que denominaremos por e, deve significar mais do que a simples quantidade de horas que nossos alunos passam nas escolas, isto é, deve ser entendido numa concepção mais ampla do que uma grandeza escalar só.

* Professor Assistente do Departamento de Física da UFRR.

representada pelo número. Na verdade o estágio, E, no meu ponto de vista, apresenta as características de uma grandeza vetorial, E, isto é, ele tem módulo, tem direção e tem sentido. Por módulo dos estágios entendemos o número de horas preestabelecida, que nossos alunos devem cumprir nas escolas. Chamaremos de direção a reta que une a Universidade a uma escola e para cada definiremos dois sentidos: Universidade-Escola e Escola-Universidade. Quando pensamos no estágio com o sentido Universidade-Escola, pensamos nele levando da Universidade às Escolas inovações estudadas, resultados de trabalhos de pesquisas, novas bibliografias etc. No sentido contrário, ele traz a realidade e a problemática do 1º e 2º graus para dentro da Universidade, para ser estudada e pesquisada. E essa problemática é trazida, não só no sentido amplo, da escola como um todo, mas principalmente no sentido restrito, das dificuldades de ensino e aprendizagem em cada uma de nossas disciplinas. É neste contexto, com estas condições de contorno, entendendo a Prática de Ensino como um campo de trabalho na Universidade e um estágio que se faz relação biunívoca entre esta e a escola, que quero definir a Pesquisa na Prática de Ensino. (DE CARVALHO, A Pesquisa na Prática de Ensino, 1985).

2. Contextualização

Em decorrência da prática e política educacionais atualmente adotada, o fazer educacional vem manifestando-se como uma crise, de dimensões mundiais, como relata o Dr. Philip H. Coombs, consultor da UNICEF e pesquisador do **International Institute for Educational Planning**, em detrimento às atuais exigências humanas. Para Coombs:

A Pedagogia moderna não só é incapaz de descrever o mundo da educação atual, como também de resolver sozinha a crise que se instaurou mundialmente no sistema de ensino. Mas quais seriam as causas dessa crise de amplitude planetária e que carrega em si perigosas potencialidades? Ainda haveria tempo de colocar em ação uma estratégia que impedisse o desajustamento que certamente provocará a ruptura dos sistemas educacionais e, em certos casos, a ruptura da própria sociedade a que pertencem? Estamos numa situação-limite

(...). (COOMBS, *The World Educacional Crisis : a systems analysis*, 1976).

E quais são essas atuais exigências humanas? São assegurar a continuidade do gênero humano sobre o planeta, isto é, garantir às gerações futuras, o direito à vida e ao amplo desenvolvimento, quer seja coletivo quanto pessoal. Para ilustrar, o relatório de 1990 do **WorldWatch Institute** de Nova Iorque, mostra (BROWN, 1990) que o dito homem moderno encontra-se em uma situação paradoxal, pois assiste a um acelerado 'desenvolvimento científico e tecnológico' global em relação a um quase-estacionário 'desenvolvimento sócio-político' humano.

Historicamente constata-se, desde o início do século, um vertiginoso progresso da Física, na conquista da compreensão da estrutura da matéria, dos átomos, das moléculas, das partículas subatômicas, da estruturação das Teorias Quântica e Relativística da Natureza. Que não se limita só à microescala, mas, também à macroescala, na compreensão da formação das estrelas, da origem e evolução das galáxias, culminando na estruturação das Teorias Cosmológicas.

O homem moderno encontra-se em uma situação ambivalente, pois ao mesmo tempo em que é uma testemunha impotente desse drama de desconcerto, confusão e conflito, participa e assiste às maravilhas das Ciências e das Tecnologias. Um lado está repleto dos sinais das conquistas científica e tecnológica do homem do vislumbrante panorama futurista acerca da conquista especial interplanetária, do controle dos cinco estados da matéria, da exploração industrial, em larga escala, dos oceanos, das comunicações sem fronteiras, da globalização, das gerações artificiais de organismos vivos, do controle absoluto do código genético, da clonagem etc. E o outro lado, de ecos sombrios sem rumos da busca da ilusória felicidade.

É socialmente justificável que se venha refletir, pesquisar e propor respostas a estas preocupantes questões socio-educacionais, ainda em aberto. Não obstante, pode-se pertencer a qualquer setor da sociedade, mas convém dar-se conta de

nosso papel a desempenhar nesse drama, chamado **educar para a cidadania**, no âmbito da formação da mentalidade científica, como enfatizou o físico Mário Schönberg (SCHÖNBERG, 1991) em recente artigo publicado em Estudos Avançados.

Em 1986, por iniciativa do físico francês Basarab Nicolescu, um grupo de cientistas, intelectuais e artistas reuniram-se para o colóquio internacional : **A Ciência face aos Confins do Conhecimento**, em Veneza, Itália, para discutir os caminhos da Ciência e do desenvolvimento humano. Este encontro foi patrocinado pela UNESCO em colaboração com a **Fundação Giorgio Cini**. O documento produzido nesse encontro ficou conhecido como **DECLARAÇÃO DE VENEZA** e o item 4, diz o seguinte:

4. O ensino convencional da Ciência, através de uma representação linear dos conhecimentos, dissimula a ruptura entre a ciência contemporânea e as visões ultrapassadas do mundo. Reconhecemos a urgência da pesquisa de novos métodos de educação (grifo nosso), que levem em conta os avanços da Ciência, os quais se harmonizam agora com as grandes tradições culturais, cujas preservação e estudo aprofundado parecem fundamentais. (...). (UNESCO & Fundação Giorgio Cini, *Dichiarazione di Venezia*, 1997)

Atendendo a essa orientação, a área pesquisa em Ensino de Física do Departamento de Física da UFRR, está estruturando-se transdisciplinarmente nas interfaces das áreas de Educação com a Física e esta com a Psicologia. Tanto na modalidade teórica, quanto na modalidade experimental (LOPES, 1996).

Em 1951, Carl Gustav Jung em seu ensaio '**Aion : estudo sobre a história dos símbolos**', sugere as bases sob as quais as interfaces entre a Física e a Psicologia, poderiam aprofundar-se, escreveu ele :

(...) Mais cedo ou mais tarde, a física nuclear (no geral a Física Moderna) e a psicologia do inconsciente (referindo-se à psicologia analítica ou psicanálise) se aproximarão cada vez mais, já que ambas, independente uma da outra e a partir de direções opostas, avançam para território transcendente. (...) A

psique não pode ser totalmente diferente da matéria (grifo nosso), pois como poderia de outro modo movimentar a matéria? E a matéria não pode ser alheia à psique (também grifo nosso), pois de que outro modo poderia a matéria produzir a psique? Psique e matéria existem no mesmo mundo, e cada uma compartilha da outra, pois do contrário qualquer ação recíproca seria impossível. Portanto, se a **pesquisa** pudesse avançar o suficiente, chegaríamos a um acordo final entre os conceitos físicos e psicológicos. Nossas tentativas atuais podem ser arrojadas, mas acredito que estejam no rumo certo (JUNG, 1951).

Opinião análoga é compartilhada pelo Dr. José Leite Lopes do **Centro Brasileiro de Pesquisa Física** do Rio de Janeiro, em seu recente ensaio '**A Imagem Física do Mundo**' publicado em **Estudos Avançados**, ele comenta :

Segundo Eugene Wigner (Nobel de Física em 1963), grande físico teórico contemporâneo, existem duas espécies de realidades ou de existência: a existência de minha consciência e a existência de todo o resto, ou seja, o mundo material e as sensações dos outros. A existência de um objeto, de um livro, por exemplo, é uma expressão apropriada para descrever as sensações que experimento e que determinam outras sensações. Trata-se, portanto, de uma realidade relativa, ao passo que (para Wigner) a realidade absoluta é a realidade de minha consciência. Essa concepção resulta, com efeito, da análise da noção de medida em Mecânica Quântica. (LOPES, 1991).

3. A Proposta: fundamentação & procedimentos metodológicos

O Brasil ainda é um país em busca de um sistema educacional, e em particular o Estado de Roraima, apesar de termos assistido a algumas transformações, nas quais o Ensino **apresentou-se, inicialmente, como um conjunto de verdades clássicas e conceitos incontestáveis - a Escola Tradicional**, transmitidos pelo professor, durante as décadas de 20 e 30. A Falha dessa abordagem reside no fato de não conceber a Educação como um processo dinâmico, todo coerente, uma teia

de relações, e sim concebê-la como algo estático, absoluto e plenamente elaborado.

A seguinte contra-reforma educacional brasileira, a escola nova, falha por faltar a compreensão sobre a interligação entre professor e aluno. Esta ocorreu nas décadas de 40 e 50, na qual o ensino passou a ser organizado em forma de atividades, priorizando aptidões comportamentais a serem desenvolvidos pelos alunos, tendo o professor como um mero 'facilitador da aprendizagem'.

A subsequente reforma no ensino enfatizava o método científico nas atividades - a **Escola Positivista**, cujos elementos principais passaram a ser: a 'organização racional dos meios didático-pedagógicos'; o professor e o aluno como elementos secundários na prática escolar, delegados a mera condições de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle, ficavam a cargo de experts, treinados para serem especialistas habilitados, neutros, objetivos e imparciais. A falha dessa abordagem deve-se à equivocada concepção de que os seres humanos são um tipo de 'caixa preta' biológica e desprovido da psique.

A próxima contra reforma educacional, como indicam as pioneiras pesquisas em humanização do Ensino (BLOOM et al, 1956; ROGERS, 1957; COMBS, 1962; FLANDERS, 1965; MCKENNE, 1967; METFESSEL et al, 1969; CARKHUFF, 1969; ASPY, 1969 e 1972), virá pela valorização do ser humano, integrado em um sistema dinâmico, autocorrelacionado, interativo, na qual desenvolver-se-á a personalidade humana, dando igual importância aos níveis físico, intelectual, emocional, psíquico e holístico, tanto do educando como do educador.

O modelo teórico, proposto, para a humanização do Ensino, em particular o de Física, é estabelecer a relação (conceitual e experimental) de que os cinco níveis da personalidade humana (HEBB, 1966; HALL et al, 1973; CUELI et al, 1974; THOMPSON, 1975; BINDRA, 1976; PECK et al, 1976; FADIMAN et al, 1979) são estruturados pelos cinco Valores Humanos, e que a consciência (SPERRY, 1969; WALKER, 1970; BASS, 1975; PRIBRAM, 1976; BUNGE,

1977 e 1980; BATTISTA, 1978; GUARDIOLA, 1979) é a realidade ao nível da personalidade humana, concomitante com a realidade física como um todo (BUNGE, 1967; D'ESPAGNAT, 1979), no contexto da Ordem Implicada (BOHM, 1971; 1973 e 1980; BUNGE, 1984) como indica a Teoria Quântica (HEISENBERG, 1930; DIRAC, 1947; BOHM, 1951; VON NEUMANN, 1955).

Há recentes evidências experimentais que indicam a Ordem Implicada, tais como: i) a reconstituição de uma imagem holográfica a partir de um fragmento do holograma (BOHM, 1980); ii) registro cerebral da memória (PRIBRAM, 1971); iii) experimentos de efeito corona em emulsões fotográficas coloridas em tecido vegetal vivo¹, etc.

Deste modo, esse modelo conceitual pragmático na qual a parte contém do todo, conhecido como Paradigma Holográfico, evidenciado em experimento na **Óptica**, na **Neurofisiologia** e na **Biologia**, também poderá ser aplicado a **Educação**.

Didaticamente, pode-se distinguir três faixas etárias críticas no desenvolvimento da personalidade do educando e para cada faixa há uma metodologia psico-pedagógica correspondente, a saber :

i) **faixa Cm²**, correspondendo de seis meses a dois anos de idade psicológica da criança³. A metodologia psico-pedagógica aplicada a faixa Cm é conhecido como **método Doman** de alfabetização de bebês (DOMAN, 1996).

ii) **faixa CM⁴** correspondendo dos 3 aos 12 anos de idade psicológica, constitui a fase crítica da estruturação da personalidade, pois nesta faixa a mesma é muito mais impressionável. A metodologia psico-pedagógica aplicada à faixa CM foi, originalmente, proposta por Sathya Narayana Raju sendo conhecida como **Sathya Sai Education in Human Values** (RAJU, 1990), em síntese é correlacionar cada nível da

¹ Segundo palestras da Dr^a Telma Motts da California University.

² Abreviação de 'criança menor'.

³ Verbete estabelecido no Livro I, Título I, Artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (13/07/90) como o período correspondente de 0 a 12 anos de idade biológica.

⁴ Abreviação de 'criança maior'.

personalidade com o respectivo Valor Humano a ser desenvolvido, tanto pelo educador como pelo educando, através de técnicas pedagógicas específicas. Sendo detalhadamente estudada na presente pesquisa, esquematicamente temos :

Níveis da Personalidade	Valores Humanos	Técnicas Pedagógicas
Físico	Retidão	Narração de Conto
Intelectual	Verdade	Frase ou Citação
Emocional	Paz	Harmonização
Psíquico	Amor	Canto Grupal
Holístico	Não-violência	Atividade Grupal

iii) **faixa A**⁵, correspondendo ao período da adolescência⁶ entre 13 a 21 anos de idades, onde há um predomínio maior e mais acentuado da razão e do discernimento. A metodologia psico-pedagógica, proposta, a ser aplicada a faixa A, tem seu cerne no desenvolvimento de consciência crítica no educando, concomitante com o assunto específico da área da Física.

4. Bibliografia

ASPY, D N, "Toward a Technology for Humanizing Education", Research Press Co., New York, 1972.

ASPY, D N, "The effect of teacher-offered conditions of empathy, positive regard and congruence upon student achievement", Florida Journal of Educational Research, 11(1), 39-48, 1969.

BASS, L, "A Quantum-Mechanical Mind-Body Interaction" Foundations of Physics n. 5, p. 159, 1975.

BATTISTA, J, "The Science of Consciousness" In Pope, K &

⁵ Abreviação de 'adolescente'.

⁶ Verbete que caracteriza aos indivíduos entre 12 a 18 ou 21 anos de idade biológica, c.f. no ECA, Art. 2º.

- Singer, J (Org.) **"The Stream of Consciousness : Psychological Investigations into the Flow of Private Experience"**, Plenum Press, New York, 1978.
- BINDRA, D, **"A Theory of Intelligent Behavior"**, Wiley, New York, 1976.
- BLOOM, B S, (Org.); Englehart, M D; Furst, E J; Hill, W H; and Krathwohl, D R, **"A Taxonomy of Educational Goals : Handbook I, the cognitive domain"**, David McKay Company, INC., New York, 1956.
- BOHM, D, **"Wholeness and the Implicate Order"**, Routledge & Kegan Paul, London, 1980.
- BOHM, D, **"Quantum Theory as an Indication of a New Order in Physics - Part A : the development of new orders as shown through the history of Physics"**, Foundations of Physics, v. 1, n. 4, p. 359-381, 1971.
- BOHM, D, **"Quantum Theory as an Indication of a New Order in Physics - Part B : implicate and explicate order in Physics Law"**, Foundations of Physics, v. 3, n. 2, p. 139-168, 1973.
- BOHM, D, **"Quantum Theory"**, Prentice-Hall, New York, 1951.
- BROWN, L, (Org.) **"Qualidade de Vida 1990 : um relatório do WorldWatch Institute, São Paulo, Editora Globo, 1990.**
- BUNGE, M, **"Hidden Variables, Separability and Realism"**, Revista Brasileira de Física, volume especial, jul. , p.150-168, 1984.
- BUNGE, M, **"The Mindy-Body Problem"**, Pergamon, Oxford,

1980.

BUNGE, M, "**Emergence and the Mind**", Neuroscience, n. 2, p. 501-509, 1977.

BUNGE, M, (Org.), "**Quantum Theory and Reality**", Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg-New York, 1967.

CARKHUFF, R R, "**Helping and Human Relations : a primer for lay and professional helpers**", Volume I : Selection and training, Volume II : Practice and research, Holt, Rinehart and Winston, New York, 1969.

DE CARVALHO, A M P, (Coord.) "**A Formação do Professor e a Prática de Ensino**", Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, São Paulo, 1988.

DE CARVALHO, A M P, "**A Pesquisa na Prática de Ensino**", III Encontro Nacional de Prática de Ensino, São Paulo, 1985.

COOMBS, Ph, "**The World Educacional Crisis : a systems analysis**", International Conference on Education, Williamsburg, 1976.

COMBS, A W (Org.) "**Perceiving Behaving, Becoming**", ASCD Year Book '62, Association for Supervision and Curriculum Development, Washington D C, 1962.

CUELI, J, e Reidl, L, "**Teorias de la Personalidad**", Trillas, México, 1974.

D'ESPAGNAT, B "**The Quantum Theory and Reality**" Scientifican American, p. 128-140, novembro, 1979.

DIRAC, P M, "**The Principles of Quantum Mechanics**", Oxford University Press, London, 1947.

- DOMAN, G. "Como Ensinar Seu Bebê a Ler : uma suave **revolução**", 6ª. edição, Artes e Ofícios, Porto Alegre, 1996.
- FADIMAN, J. e Frager, R. "Teorias da Personalidade", Harper e Row do Brasil, São Paulo, 1979.
- FLANDERS, N A "Interaction Analysis in the Classroom : a **manual for observers**" University of Michigan, Michigan, 1965.
- GUARDIOLA, A. "La Conciencia", Trillas, México, 1979
- HALL, C. e Lindzey, G "Teorias da Personalidade", Editora Pedagógica e Universitária Ltda, São Paulo, 1973:
- HEBB, D, "A Textbook of Psychology", W. B. Saunders, Philadelphia, 1966.
- HEISENBERG, W, "The Physical Principles of the Quantum Theory", University of Chicago Press, New York, 1930.
- JUNG, C G, "Aion", In Read, H; Fordham, M and Adler, G, (Orgs.) " The Collected Works of Carl Gustav Jung", volume 9, Princeton University Press, Princeton, 1951.
- KALHIL, J B; de Oliveira, J C T; Lopes, G N e Araújo, I G, "A Importância da Inter-relação das Disciplinas Física e Matemática para o Ensino Geral e para a Pesquisa", XIV Encontro do Norte e Nordeste de Física, Aracajú-Sergipe, 1996a.
- KALHIL, J B; de Oliveira, J C T; Araújo, I G e dos Santos, I B, "A Necessidade da Experimentação em Sala de Aula", XIV Encontro do Norte e Nordeste de Física, Aracajú - Sergipe, 1996b.
- LOPES, G N (Coord.), "Plano Diretor da Área de Pesquisa

em Ensino de Física do Departamento de Física da UFRR”, Boa Vista, 1996.

LOPES, G N; Rosa, E B e Pacobahyba, J T M, “Curso Modular de Capacitação em Física”, Termo de Convênio nº 14/96 - MEC-CAPE-SSEMTEC / GER-SEPLAN-SECD / UFRR-CCT-DF, Programa Interins-titucional Pró-Ciências 1996 / 1998”, Boa Vista, 1997.

LOPES, J L, “A Imagem Física do Mundo : de Parmênides a Einstein”, Estudos Avançados, 12(5), 1991.

METFESSEL, N S; Michael, W B and Kirsner, D A, “Instrumentation of Bloom’s and Krathohl’s taxonomies for the writing of educational objectives” Psychology in the Schools, 7(3), p. 227-231, 1969.

MCKENNE , B H, “School staffing patterns and pupil interpersonal behavior”, California Teachers Association, Burlingame, 1967.

PECK, D, e WHITLOW, D, “Teorias da Personalidade”, Zarar, Rio de Janeiro, 1976.

PRIBRAM, K H, “Holographic Memory” Psychology Today, fevereiro, 1979.

PRIBRAM, K H, “Holonomy and Structure in the Organization of Perception” In Nicholas, J M, (Org.) “Images, Perception and Knowledge”, Dordrecht-Holland, Reidel, 1977.

PRIBRAM, K H, “Problems Concerning the Structure of Consciousness” In Globus, G, (Org.) “Consciousness and the Brain”, Plenum, New York, 1976.

PRIBRAM, K H, “Toward a Holonomic Theory of

Perception” In Ertel, S, (Org.) **“Gestalttheorie in der modernen psychologie”**, Steinkopff, Darmstadt, 1975.

PRIBRAM, K H, **“Languages of the Brain”**, Prentice Hall, Englewood Cliffs, 1971.

RAJU, S N, **“Sanathana Sarathi : devoted to the moral and spiritual uplift of humanity through Sathya, Dharma, Santhi and Prema”** English edition, Sri Sathya Sai Books and Publications Trust, Prasanthi Nilayam, all volumes, 1981-1988, In Burrows, L, (Org.) **“Educacion Sathya Sai en Valores Humanos”**, 2ª edicion, Errepar, Buenos Aires, 1990.

ROGERS, C R, **“The necessary and sufficient conditions of therapeutic personality change”**, Journal of Consulting Psychology, 22, p. 95-110, 1957.

SCHÖNBERG, M, **“Formação da Mentalidade Científica”**, Estudos Avançados 12(5), 1991.

SPERRY, R, **“A Modified Concept of Consciousness”**, Psychological Review, n. 76, p. 532-536, 1969.

THOMPSON, R, **“Introduction to Physiological Psychology”**, Harper & Row, New York, 1975.

UNESCO & Fundação Giorgio Cini, **“Dichiarazione di Venezia”**, tradução não oficial de Alberto Chirone, 1997.

VON NEUMANN, J, **“Mathematical Foundation of the Quantum Theory”**, Princeton University Press, New York, 1955.

WALKER, E, **“The Nature of Consciousness”** Mathematical Biosciences n. 7, p. 138-178, 1970.

O CONCEITO DE MÁQUINA POLÍTICA

Ricardo Borges Gama Neto*

1 - O Desenvolvimento do Conceito¹

O conceito de máquina política surgiu dos primeiros estudos sobre a política partidária norte-americana. Inicialmente as máquinas eram concebidas como anomalias que interferiam na vida pública, e se caracterizavam pela utilização de mecanismos considerados pouco lícitos, quando não criminosos, tais como: corrupção, violência, suborno, fraude eleitoral, clientelismo, etc... Estes estudos partiam do princípio de que “as máquinas eram imorais” (Gottfried, 1968: 248). Em contraste com as máquinas políticas, estes estudos percebiam os clubes políticos e as agremiações partidárias como o lado bom e digno da prática política. Desta maneira, enquanto estes últimos faziam a política legítima, sustentados na idéia da realização do bem público, as máquinas promoviam a política ilegítima, tendo como único objetivo a maximização dos ganhos pessoais de seus líderes. Este tipo de entendimento do que era o partido máquina fazia com que muitos estudos de política local fossem reduzidos a meras denúncias moralistas onde “máquinas honestas eram algo não natural” (ibidem).

A partir da década de 1930, as pesquisas afastaram-se de tais pressupostos éticos e passaram a investigar as máquinas assumindo uma atitude axiologicamente neutra. No entanto, estes trabalhos possuíam uma visão pouco nítida teoricamente da máquina enquanto tipo específico de partido político. Um claro exemplo destas falhas é a definição dada por Gottfried do que seja o partido-máquina. Segundo este autor aquela seria qualquer

* Professor Departamento de Ciências Sociais da UFRR.

¹ Este trabalho sobre o conceito de máquina política é uma versão modificada *ad hoc* de parte do referencial teórico de minha dissertação de mestrado em Ciência Política defendida em março de 1995 na Universidade Federal de Pernambuco.

“organização hierárquica cujos membros desempenhassem diferentes funções, representassem vários papéis e ocupassem vários setores. E tivessem ainda uma liderança que definisse e seguisse objetivos e políticas com eficiência e regularidade tais que pudessem ser comparadas a um esquema de máquina” (ibidem). Estas falhas teóricas faziam com que as análises perdessem a especificidade da máquina política enquanto objeto de análise, permitindo que qualquer estrutura institucional rigidamente hierárquica fosse colocada dentro deste conceito.

Não obstante estas claras imprecisões conceituais, dois trabalhos desta mesma linha de investigação, ou seja, a que tentava analisar a máquina política de uma postura neutra, foram importantes no aprofundamento e na especificação do conceito.

O primeiro trabalho foi o de Harold Gosnell (1968)², que destacou entre outros aspectos o caráter de agregador social da máquina política democrática na cidade de Chicago. Em seu estudo, este autor demonstra que a cidade era altamente dispersa e desorganizada, com alto potencial conflitivo. Isto se devia ao fato de que sua área urbana abrigava uma grande heterogeneidade étnica, social e religiosa. Somando-se a sua diversificada composição social, os efeitos nefastos da grande depressão de 1930 que multiplicavam por muito o seu potencial conflitivo. Desta maneira, a atuação da máquina reduzindo o grau de conflito demonstra o seu lado positivo como organização política. No entanto, Gosnell também observa o lado negativo daquela maneira de fazer política e advertiu que os “freqüentes métodos empregados pelo partido-máquina para financiar suas várias atividades têm transformado nossa democracia em uma plutocracia demagógica” (p. 191).

O segundo destes trabalhos foi realizado por Robert Merton (1964), que, coerente ao seu paradigma de análise funcional da sociedade, afirmou que: não obstante a máquina política ter suas origens ligadas às histórias particulares e práticas sociais ilegítimas, como o roubo, a corrupção e a extorsão, aquela ao preencher funções socialmente necessárias para as

² A primeira edição deste trabalho é de 1937.

classes sociais menos favorecidas, como nas áreas de assistência social e auxílio jurídico, que de outra maneira dificilmente seriam preenchidas em razão da dispersão do poder político na sociedade americana, adquire estabilidade funcional.

No entender de Merton, a força da máquina política está em “não considerar o eleitorado como massa amorfa e indiferenciada de eleitores. Com uma intuição sociológica aguda, a máquina sabe que o eleitor é uma pessoa que mora numa determinada vizinhança, com determinados problemas sociais e aspirações sociais. As saídas em público são abstratas e remotas; os problemas particulares são extremamente concretos e imediatos. Não é através de apelos generalizados às grandes preocupações públicas que a máquina opera, mas através das relações diretas quase feudais, entre os representantes locais da máquina e os eleitores da vizinhança. As eleições são ganhas na zona eleitoral.

A máquina une seus elos com homens e mulheres por um entrelaçado minucioso de relações pessoais. A política se transforma em laços pessoais” (p.67).

Por fim, um desenvolvimento mais moderno do conceito que distingue a máquina das outras organizações partidárias. Esta última definição, adverte que não se deve confundir máquina política com política de máquina, pois a confusão no uso destes diferentes fenômenos faz com que se perca a especificidade da máquina enquanto tipo distinto de partido político.

De acordo com Wolfinger (1972), “ política de máquina é manipulação de certos incentivos à participação político-partidária: favoritismo nas decisões políticas baseadas em critérios pessoais e manipulação das leis. Uma máquina política é uma organização que pratica política de máquina, isto é, que atrai e direciona seus membros primeiramente para o uso destes incentivos” (p.374).

A distinção executada por este autor possui duas utilidades básicas: primeiro, abre espaço para a análise sobre quais modalidades de incentivos a participação política distingue a máquina de outros tipos de organização partidária, e segundo,

demonstra que outros tipos de partidos políticos como os partidos de massas, segundo a classificação de Maurice Duverger, podem muitas vezes, para se consolidar institucionalmente, utilizarem técnicas de patronagem e clientelismo.³

1.1. A Caracterização da Máquina Política e os Incentivos à Participação.

Existem duas unanimidades entre os diversos autores sobre as características da máquina política: a primeira é a reduzida importância que este tipo de organização partidária fornece aos princípios éticos e ideológicos em face dos mecanismos de patronagem e clientelismo político, o segundo é a importância das recompensas e incentivos materiais para o funcionamento destas (Diniz, 1982; Lowi, 1964; Weber, 1982; Gosnell, 1968 e Wolfinger, 1972).

As recompensas de que se utiliza a máquina para sua estabilidade e funcionamento incluem atos de filantropia (distribuição de alimentos, roupas e diversos materiais de auxílio direto como cimento, tijolos e máquinas de costuras, etc...), distribuição de empregos e cargos públicos, alterações na legislação, isenção fiscal, favorecimento em contratos e concessão de serviços públicos, tráfico de influência e diferentes outros privilégios, que são na sua maioria ilegais.

Gosnell (1968) observa que da mesma maneira que manipula a legislação e favorece seus membros e simpatizantes, a máquina pode utilizar-se destes mecanismos para punir empresários, ou indivíduos que apenas não queiram colaborar

³ Diniz (1982), citando Tarrow, destaca que "o Partido Comunista Italiano envolveu-se num trabalho de organização e mobilização do campesinato do sul do país, através de um processo pelo qual os laços clientelistas foram não só mantidos, como reforçados. O clientelismo dos notáveis transformou-se num sistema de patronagem baseado numa maciça distribuição de favores e proteção, através de uma ação combinada envolvendo o governo e a máquina partidária. Em outros termos, partidos ideológicos podem comportar-se como máquinas ao nível local" (p.35).

com a mesma. Desta forma, “alguns homens de negócio são muito mais vulneráveis do que outros (...)”; são aqueles que para atuar necessitam dos favores “ (...) que tem de ser dados pela máquina e as condições estipuladas pelos chefes é que consolidam o seu poder” (p. 40).

O mesmo autor demonstra as ligações que se estabeleceram entre a máquina política democrata e a liderança do submundo da cidade. Esta união aparentemente esdrúxula, se observarmos a tradição liberal-protestante da sociedade americana, era bastante racional. Isto porque existia uma afinidade eletiva entre a máquina e os gangers da cidade, ocorria que ambos para sobreviver tinham que violar constantemente a lei, por causa disto é que “os políticos e os reis do jogo de azar uniam seus interesses na perpetuação da máquina política. Em Chicago, numerosos membros dos comitês dos diretórios municipais do Partido Democrata tinham sido proprietários de casa de jogos de azar” (p. 43).

Como já ressaltamos anteriormente, as organizações partidárias utilizam-se de estratégias de alocações de recursos escassos da sociedade, durante o processo de competição política, no objetivo de manter ou ampliar sua base eleitoral. Para aprofundar o entendimento acerca dos tipos de incentivos específicos à participação política utilizada pela máquina em suas atividades, Wolfinger (1972) dividiu os benefícios em quatro categorias ideal-tipo que são classificadas ao longo de duas dimensões: tangíveis/intangíveis e rotineiros/substantivos.

Na primeira categoria estão os chamados incentivos tangíveis/rotineiros, são os benefícios materiais. As organizações partidárias que fundamentam suas estratégias de ação baseadas neste tipo de incentivo controlam rigidamente o acesso dos indivíduos a este. Os benefícios materiais são concedidos pelas lideranças do partido como uma recompensa, um prêmio por serviços prestados à organização. Esta modalidade de incentivos sustenta atividade política através da patronagem e do clientelismo, é por este fato que as máquinas políticas encontram-se nesta categoria de benefícios.

Dimiz (1982) resalta ainda que tais incentivos podem ser

“classificados em exclusivos ou individuais. Exclusivos, na medida em que disponíveis apenas para os membros da organização, que nessa qualidade, adquirem o direito de acesso a bens ou serviços por ela fornecidos ou prestados. Individuais, quando concedidos uma base pessoal como recompensa a contribuições individuais à organização. Prebendas, emolumentos, salários, distribuição de empregos, cargos ou contratos seriam exemplos típicos” (p. 29).

- Na segunda categoria, estão os denominados incentivos tangíveis/substantivos, são os benefícios coletivos. Estas recompensas surgem como resultado de políticas de favorecimento geral, no qual inexistente um grupo ou parcela determinada da população que se beneficie. Estes incentivos não estimulam normalmente a ação da máquina política, quase sempre os benefícios coletivos são irrelevantes para este tipo de partido.

Na terceira categoria, estão os chamados incentivos rotineiros/intangíveis, são os benefícios solidários. Estes nascem do sentimento de solidariedade existente entre os diversos indivíduos que compõem uma organização partidária. As recompensas ocorrem tanto no nível individual, prêmios, honorárias, deferências pessoais, quanto no coletivo, do prestígio de pertencer à instituição. Os benefícios solidários podem ser desfrutados pelos membros de qualquer partido político, no entanto, no caso específico da máquina estes são no fundo, um resultado do sistema de incentivos materiais que produzem interações mais freqüentes e estáveis entre seus membros.

Por fim, temos a categoria dos incentivos intangíveis/substantivos, são os benefícios gerados pela ideologia. Este tipo de recompensa decorre do sentimento de identificação dos membros de uma agremiação partidária com determinados princípios ideológicos e da satisfação que os indivíduos sentem por participar de uma causa que lhes é percebida como justa.

1.2. Máquina Política, Representação e Institucionalização

Consideramos a máquina política como um tipo bastante peculiar de organização partidária, em contraposição aos partidos ideológico-programáticos, cuja estrutura e funcionamento sustenta-se na sua capacidade de adquirir recursos monetários, materiais e de serviço que são trocados por votos. O caráter de instituição assistencialista da máquina enquanto partido político não é episódico, mas constante, desta maneira a sobrevivência daquela depende basicamente da mediação que consegue estabelecer entre os seus eleitores e os órgãos públicos.

A política clientelista da máquina fundamenta-se em demandas típicas de caráter restrito e individual, demandas que giram sobre objetos de decisão específicos, cuja resolução não ameaça a estrutura do poder estabelecido, ou seja, a política da máquina dificilmente sai do âmbito da arena distributiva⁴. Os objetivos dessas políticas são claros; servem de instrumento de controle social procurando reduzir as tensões entre a população e a elite política.

Segundo Diniz (1982) “ (...) as máquinas produzem e consolidam relações que se baseiam em fortes elementos de desigualdade e assimetria de poder. Nos vínculos que estabelecem com clientelas de diferentes tipos está presente este componente de desigualdade, cujo traço essencial consiste no monopólio de posições que são vitais para os clientes, principalmente quanto ao acesso aos meios de produção, principais mercados e centros de poder” (p. 43).

O controle dos cargos públicos, conjuntamente com a concentração de poder destes, torna o chefe político da máquina o fiel depositário dos recursos do Estado necessários à resolução das demandas que devam possuir seus eleitores. Contudo, estas

⁴ Referimo-nos neste instante a classificação de políticas públicas desenvolvida por Lowi (1964): distributivas, regulatórias e redistributivas. A arena distributiva é aquela onde é grande a desagregação ao nível das decisões, podendo até chegar a serem individualizadas, sendo mais ou menos isoladas uma das outras. Uma característica distintiva deste tipo de arena é o de procurar evitar o confronto direto entre os diversos atores através da não identificação dos ganhadores e perdedores. Segundo Lowi, “patronagem é o melhor significado que poderíamos encontrar como sinónimo para distributivo (...)” (p. 690).

somente podem ser solucionadas se forem fragmentadas, ou seja, às quais a realização se reduz ao ganho imediato que é retribuído com o apoio durante os pleitos eleitorais. O controle dos organismos governamentais permite aos líderes da máquina estabelecer com seus eleitores relações diretas e permanentes de troca de benefícios e favores recíprocos.

A representação política promovida pelo partido-máquina sustenta-se no estabelecimento de relações de cunho paternalista entre os representantes e os representados, entre os políticos e os eleitores. Os vínculos impessoais que deveriam existir entre os grupos de interesse e os órgãos públicos, que deveria objetivar a canalização dos recursos necessários à satisfação das demandas sociais da população, são substituídos pela mediação pessoal da política. As relações instrumentais que deveriam existir no interior da racionalidade burocrática são eliminadas em favor de uma teia de influência pessoal. A medição das demandas da população através do uso clientelista do aparelho estatal, fundamenta toda a capacidade de sustentação e desenvolvimento da máquina política. As relações clientelistas privatizam as ações públicas e patrimonializam os serviços, desta forma, se constrói uma rede de dependência pessoal, lealdade e obrigação dos eleitores com seus representantes, reforça-se o status quo e se reduz o grau de institucionalização do sistema partidário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DINIZ, Eli. Voto e Máquina Política: Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

GOSNELL, Harold F. Machine Politics: Chicago Model. Chicago, The University of Chicago Press, 1968.

GOTTFRIED, Alex. Political Machines. International Encyclopedia of The Social Science. London, Collier - Macmillan Publishers, 1968.

LOWI, Theodore. **American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory**. World Politics, XVI (July, 1964).

_____. **Introduction**. In: GOSNELL, Harold F. **Machine Politics: Chicago Model**. Chicago, The University of Chicago Press, 1968.

MERTON, Robert. **Teoria Social e Estrutura Social**. Belo Horizonte, UFMG/Faculdade de Ciências Econômicas, 1964.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982, 5ª edição.

WOLFINGER, Raymond. **Why Political Machines Have not Withèred Away and Other Revisionist Thoughts**. The Journal of Politics, vol. 34, 1972.

TEXTOS & DEBATES

Instruções para envio de artigos

1. Os trabalhos deverão ser de interesse acadêmico e tratar de temas sobre a realidade brasileira e latino americana.
2. Cabe aos editores decidirem a publicação dos artigos e em alguns casos, onde se faça necessário, sugerir aos autores modificações na composição dos trabalhos.
3. Os artigos devem ser apresentados em disquete, acompanhado de uma cópia impressa.
4. Os artigos não devem ultrapassar cerca de 20 laudas, digitados em espaço simples, no editor de texto Word For Windows, versão 6.0, fonte: Times New Roman, corpo 12.
5. As referências bibliográficas deverão ser incorporadas no próprio texto. Ex: SOUZA (1995:33). É as notas de rodapé reservadas para informações complementares: É necessário também encaminhar junto com o material um pequeno resumo sobre os trabalhos, além de dados sobre os autores (formação acadêmica, instituição onde trabalha etc.)
6. A bibliografia exposta no final do trabalho deve obedecer à seguinte forma:
 - a) nome do autor; b) título da obra (negrito); c) local da publicação; d) nome da editora; e) data de publicação.

HARNECKER, Marta. Para Compreender a Sociedade. São Paulo: Brasiliense. 1995.